



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

O SINDICATO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS TRABALHADORAS NAS
INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO FEMININA E MODA ÍNTIMA DE FORTALEZA

Ana Kelly Adriano Viana

Natal, RN

2020

Ana Kelly Adriano Viana

O SINDICATO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS TRABALHADORAS NAS
INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO FEMININA E MODA ÍNTIMA DE FORTALEZA

Dissertação elaborada sob orientação da Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal/RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Viana,	Ana	Kelly	Adriano.
O sindicato e a organização política das trabalhadoras nas			
indústrias de Confeção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza / Ana			
Kelly	Adriano	Viana.	- Natal, 2020.
131f.:		il.	color.
Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e			
Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade			
Federal	do	Rio Grande	do Norte, 2020.
Orientadora: Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes de			

Elaborado por Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados.

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém.

*Odiava os políticos e os patrões,
porque o meu sonho era escrever
e o pobre não pode ter ideal nobre.*

*Eu sabia que ia angariar inimigos,
porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura.*

Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

CAROLINA MARIA DE JESUS

Agradecimentos

Aos meus pais que foram os grandes responsáveis por minha chegada até aqui, muitas vezes, deixando os sonhos deles de lado para realizar os meus. À minha mãe por sua força, por sua coragem e por sempre acreditar. Ao meu pai por ter me dado todas as condições materiais de estar nesse espaço. Ao meu irmão por ser a alegria e a doçura ao meu redor. À minha tia, Irany, por ser quem me segurou muitas vezes nesse processo e sempre me fez ser uma mulher forte. À Lara por ser uma grande amiga e sempre um ponto de apoio forte.

À Resistência e ao Afronte por todas as eternas reuniões, pelos grandes camaradas e pela convicção de um projeto de emancipação da classe trabalhadora que seja livre de exploração e opressão. Obrigada pelo aprendizado diário, não só sobre organização política, mas também por me fazerem refletir acerca das minhas contradições, permitir que, mesmo algumas vezes errando, eu possa avançar coletivamente e construir nossa corrente revolucionária em construção. À Neri por me forjar, fortalecer e ajudar na minha reflexão diária, apesar das divergências, conseguimos gerar boas sínteses. As mulheres da Resistência, especialmente Paula, Raquel, Natália que junto a Neri são as principais responsáveis por me forjarem como uma jovem mulher dirigente. As mulheres do Afronte, especialmente Márcia, Grace e Cybelly por todo o fortalecimento e por embarcarem nessa jornada de construção comigo. À minha amiga e agora, camarada de partido, Gladys por aceitar o desafio de pegar todas as minhas tarefas na Resistência e no Afronte me permitindo o término desse trabalho. Aos operários da Construção Civil, aos rodoviários e, especialmente, as mulheres da Confecção Feminina que permitiram que eu pudesse fazer esse trabalho e são a materialização da organização que queremos construir.

À Natal por ter me feito mais forte. Aos meus amigos, Burnier, Brenda e Juliana que foram quem seguraram minha mão em todas as dificuldades que passei nessa mudança de cidade e que espero continuar comemorando juntos a eles nossas vitórias. À Fernanda que além de ter sido a melhor pessoa para dividir apartamento, ela foi a grande responsável por ter me feito quebrar um ciclo de violência e ser a materialização da solidariedade feminista na prática.

Ao Grupo de Estudos em Marxismo e Educação por fortalecerem a teoria marxiana/marxista dentro e fora da psicologia. À Isabel por ter aceitado orientar esse trabalho, mas também pelo acolhimento e pela escuta.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento da presente pesquisa.

À Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e aos Juizados Especiais de Violência e Familiar de Natal, que apesar do pouco tempo, permitem que eu possa atuar no combate a violência contra a mulher, mas também refletir sobre minha atuação profissional e a construção de uma educação livre de machismo e racismo.

Às mulheres que mudaram a minha vida.

Nossa vitória não será por acidente!

Sumário

Lista de Siglas	VIII
Resumo	IX
Abstract	X
1.Introdução	11
2. Como nasce a sociedade capitalista- racista- patriarcal	24
2.1. Do surgimento da propriedade privada ao nascimento do estado capitalista	25
2.2. A consciência de classe como parte do processo histórico	31
2.3. A consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe	35
3. Os sindicatos e a participação política das mulheres no Brasil	46
3.1. O acúmulo teórico da tradição marxista acerca dos sindicatos	46
3.2. Os sindicatos no Brasil – das greves operárias no ABC à Reforma Trabalhista	53
do governo Temer	
3.3. A organização sindical das mulheres no Brasil	67
4. A organização política das mulheres nas Indústrias de Confeção Feminina e	75
Moda Íntima de Fortaleza na conjuntura atual	
4.1. Reforma Trabalhista: A precarização por meio de novos contratos	77
4.2. A luta feminista como impulsionadora da organização sindical	89
4.3. Uma profissão de mulheres negras	92
Conclusões	95
Referências	97
Apêndice	107
Anexos	111

Lista de Siglas

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CSP - Central Sindical e Popular

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

SINDCONFÉ - Sindicato dos Trabalhadores da Confecção Feminina e Indústria Têxtil

Resumo

O governo Temer, em 13/7/2017, aprovou a Lei 13.467 denominada Reforma Trabalhista que impôs o fim da obrigatoriedade do imposto sindical. Essa nova legislação fragilizou as entidades e objetivou barrar a resistência dos trabalhadores contra a retirada de direitos. Em seus primeiros meses de governo, Jair Bolsonaro (PSL) estabeleceu a Medida Provisória (MP) 873/2019, na qual previa em regras gerais que a autorização do desconto referente a contribuição sindical não poderia ser aprovada em assembleia, pois esta deve ser individual e expressa. Ela também incluiu que a contribuição sindical deveria ser paga por boleto bancário, não mais por desconto salarial. Nesse cenário de crise e de ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora, esse projeto justificou-se pela necessidade de estudar os sindicatos nessa conjuntura resgatando o papel destes como instrumentos de organização política da classe trabalhadora na atualidade, especialmente para as mulheres trabalhadoras. Nosso local de estudo foi o Sindicato dos Trabalhadores da Confecção Feminina e Indústria Têxtil de Fortaleza (SINDCONF), pois essa categoria possui o rosto de muitas mulheres que sofrem com a exploração e a opressão impostas pelo sistema capitalista. O objetivo foi analisar a organização política das mulheres da Confecção Feminina e Indústria Têxtil de Fortaleza. Para dar conta do problema aqui apresentado e a partir das motivações que nos levaram a ele, utilizou-se dos pressupostos do materialismo e da dialética tais como propostos por Marx e na teoria das relações sociais de sexo destacando em âmbito nacional e internacional os estudos de Saffioti (2015), Cisne (2014), Davis (2016) e Kergoat (2010). Os documentos analisados caracterizam a atuação do Sindicato da Confecção Feminina e Indústria Têxtil de Fortaleza como jornais, panfletos e cartilhas produzidas pela entidade. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 6 diretoras da entidade que estão em diferentes cargos. Os resultados se dividiram em três blocos: o primeiro relativo às mobilizações contra a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência; o segundo referente a luta feminista como impulsionadora da organização das mulheres no sindicato; e o terceiro apresenta os atravessamentos do racismo enfrentados pelas diretoras.

Palavras-chave: Organização Política, Sindicato, Mulheres.

Abstract

The Temer government, on 7/13/2017, approved Law 13,467 called Labor Reform that imposed the end of the mandatory union tax. This new legislation weakened the entities and aimed to stop workers' resistance against the withdrawal of rights. In his first months of government, Jair Bolsonaro (PSL) established Provisional Measure (MP) 873/2019, in which he stipulated in general rules that the authorization of the discount referring to the union contribution could not be approved by the assembly, as this must be individual and expressed. It also included that the union contribution should be paid by bank slip, no longer by wage discount. In this scenario of crisis and offensive against the rights of the working class, this project was justified by the need to study the unions at this juncture rescuing their role as instruments of political organization of the working class today, especially for working women. Our place of study was the Union of Workers of the Female Clothing and Textile Industry of Fortaleza (SINDCONFÉ), because this category has the face of many women who suffer from the exploitation and oppression imposed by the capitalist system. The objective was to analyze the political organization of women in the Women's Clothing and Textile Industry of Fortaleza. To account for the problem presented here and based on the motivations that led us to it, we used the assumptions of materialism and dialectics as proposed by Marx and in the theory of social relations of sex, highlighting national and international studies of Saffioti (2015), Swan (2014), Davis (2016) and Kergoat (2010). The analyzed documents characterize the performance of the Union of Female Clothing and Textile Industry of Fortaleza as newspapers, pamphlets and booklets produced by the entity. The semi-structured interviews were conducted with 6 directors of the entity who are in different positions. The results were divided into three blocks: the first concerning mobilizations against the Labor Reform and the Pension Reform; the second referring to the feminist struggle as a driving force for the organization of women in the union; and the third presents the problems of racism faced by the directors.

Keywords: Political Organization, Trade Union, Women.

1. Introdução

A reorganização de operários e camponeses, ao longo dos anos 1970 e 1980, foi um dos elementos cruciais para a redemocratização da sociedade brasileira, porém o processo desenvolvido não conseguiu romper com a manutenção da ordem social regida pelo capital. Segundo Antunes (1999) as transformações advindas com o toyotismo na organização do trabalho e pelo neoliberalismo referentes às relações trabalhistas, por exemplo, as consequências da crise do sistema capitalista na década de 1970, intensificaram o ritmo de trabalho e sua alienação, desqualificando e colaborando para a desorganização da classe trabalhadora (Farias, 2013). Dessa forma, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho se projetam diretamente no terreno da organização sindical.

Os anos 1990 são marcados pela ascensão do neoliberalismo que impõe uma política agressiva ao movimento sindical. A ordem do Consenso de Washington era aniquilar os sindicatos para a garantia da aplicação dos planos de ajuste fiscal e a implementação de um Estado mínimo. Coggiola e Katz (2001, p. 42) pontuam que “as políticas ditas ‘neoliberais’ [...]” constituem claramente uma tentativa de arremessar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores”. Os sindicatos tornaram-se distante cada vez mais da classe e alguns deles foram ponto de apoio à patronal, resumindo-se a uma atuação defensiva.

Segundo Farias (2013), a adesão à plataforma neoliberal no Brasil ocorre com a vitória de Fernando Collor de Mello em 1989 para a presidência e seguiu com Fernando Henrique Cardoso que assumiu o compromisso com o cumprimento das exigências dos organismos multilaterais, como, o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc. Em 2002, Lula ganha a presidência da República, o que resultou na institucionalização de parte dos

movimentos sociais e centrais sindicais ligados ao governo, caracterizando-os pela sua subordinação ao Estado e ao governo e pelo abandono da estratégia da mobilização. A reforma da previdência em 2003 contribuiu para o rompimento de um setor, ainda que minoritário, mas importante, pudesse construir outras centrais sindicais como a Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas e a Intersindical.

Farias (2013) acrescenta que no governo Dilma, o PIB nacional em 2011 fechou em 2,7% e em 2012 foi um pouco mais que 1%, o que aponta uma desaceleração da economia brasileira. O Brasil tinha como principais destinos de suas exportações a China e os EUA, dois países que estavam sofrendo com os impactos da crise econômica mundial tanto de desaceleração como de crescimento anêmico, respectivamente.

Em agosto de 2016, ocorre um capítulo decisivo do golpe político em que o Vice-Presidente, Michel Temer (MDB) e o até então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB) efetivaram o impeachment da presidente, Dilma Rouseff. Para Boulos e Guimarães (2016), apesar do ajuste fiscal que Dilma impôs e seu recuo no projeto do Pré-Sal e na Lei Antiterrorismo, estas medidas ainda eram insuficientes, pois para os partidos da burguesia, que estavam no governo, era necessário aprofundar ainda mais o ajuste fiscal e retirar direitos da classe trabalhadora.

Segundo Lowy (2016), deputados e senadores envolvidos em casos de corrupção instituíram um processo de deposição da presidente eleita através de uma aliança que reunia o que o autor chama de “bancada BBB: da Bala (deputados ligados à Polícia Militar; aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do Boi (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da Bíblia (neopetencostais, integristas, homofóbicos e misóginos)”. Temer aprova a Proposta de Emenda Constitucional 241/16 que, posteriormente, recebeu o nome de PEC 55/16 que marca o ponto central da plataforma Ponte para o Futuro. Esta consiste em um ajuste

econômico que congela por 20 anos as despesas do Governo em áreas como saúde e educação, cambiando apenas com a correção da inflação. Paulini (2016) pontua que esta termina com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde, o que significa menos verbas para escolas, universidades e creches. O governo Temer também aprovou a Lei 13.467, de 13/7/2017, denominada Reforma Trabalhista que acentua a precarização do trabalho de homens e mulheres, intensificando ainda mais o processo de exploração da classe trabalhadora. Antunes e Praun (2015) apontam:

Em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade.

Antunes e Praun (2015) reforçam que a ferramenta-sindicato ainda é essencial, pois estamos na sociedade do capital que explora o trabalho, precariza a vida dos trabalhadores e traz o adoecimento físico e psíquico destes.

Em outubro de 2018, Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal, chega à presidência após o segundo turno com Fernando Haddad (PT) com propostas como legalização do porte das armas¹, aumento do número de escolas militares no país² e um programa de ajustes

¹ Fala Aí: "Como funcionaria a legalização do porte de armas no governo Bolsonaro?" .Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/22/fala-ai-como-seria-a-legalizacao-do-porte-de-armas/>

² Eleições 2018: Quais são as propostas para a Educação de Bolsonaro e Haddad. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.bbc.com/portuguese/45859396>

fiscais e privatizações mais intensos.³ Houve mobilizações massivas no país contra a candidatura de Bolsonaro como os atos do #EleNão⁴ que foram protagonizados pelas mulheres. Os primeiros meses de governo estabelecem a Medida Provisória (MP) 873/2019 designando que não vale autorização de desconto da contribuição sindical por aprovação em assembleia, pois esta deve ser individual e expressa. A medida também inclui que a contribuição sindical deve ser paga por boleto bancário, não mais por desconto salarial.

Assim, nesse cenário de crise e de ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora, essa pesquisa se justificou pela necessidade de estudar os sindicatos nessa conjuntura resgatando o papel destes como instrumentos de atividade de formação humana que devem funcionar como uma escola para a revolução (Lenin, 1978; Trotsky, 1978).

Diante disso, questionou-se sobre o papel do sindicato na atualidade para o avanço da organização política da classe trabalhadora, especialmente para as mulheres trabalhadoras. Então, resolveu-se estudar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confeção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza (SINDCONFÉ), pois essa categoria possui os rostos de muitas mulheres que sofrem com a exploração e opressão que o sistema capitalista as impõe. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (2017)⁵, esse setor emprega cerca de 1,479 milhão de trabalhadores diretos e 8 milhões se adicionarmos os indiretos e efeito renda, no qual 75% são de mão de obra feminina sendo o segundo maior empregador da indústria de transformação, perdendo apenas para alimentos e bebidas e o segundo maior gerador do primeiro emprego no país faturando US\$ 45 bilhões. Vale ressaltar o papel que essa categoria

³ Propostas dos presidenciais. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.valor.com.br/eleicoes-2018/propostas/candidato/5>

⁴ #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

⁵ Perfil do Setor. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>

teve nas últimas décadas nas lutas do operariado cearense, especialmente na greve dos têxteis de 1988 que reivindicavam melhores condições de vida para os trabalhadores fortalezenses (Stegle, 2013).

A partir disso, retornou-se a problematizar o papel que o SINDCONFÉ vem cumprindo para a organização política de sua categoria, de forma que seja possível compreender sobre as pautas reivindicatórias que aproximaram estas mulheres do sindicato, a aproximação destas com as pautas feministas e se houve avanço das reivindicações de pautas econômicas para a luta política com o fim de transformação dessa sociedade. Tornou-se importante também debater sobre a origem e o histórico do movimento sindical brasileiro e a participação das mulheres.

Antunes e Alves (2004) reforçam que houve uma expansão do trabalho feminino, mas quando se trata da temática salarial existe um movimento inverso, no qual os níveis de remuneração das mulheres possuem médias inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (2015), as mulheres representam mais de 50% do país onde existe um alto índice de precarização das atividades desenvolvidas por trabalhadoras. Os resultados dessa pesquisa apontam que 39,08% das mulheres negras ocupadas estão em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Vale ressaltar que, em 2014, as mulheres negras ainda não haviam alcançado 40% da renda dos homens brancos, que era de R\$ 2.393, em comparação aos seus rendimentos médios de R\$ 946.

Segundo o IPEA (2017), a taxa de desocupação feminina era de 11,6% e a dos homens foi de 7,8%. Em relação às mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, 8,5%). Dessa forma, acreditou-se que essa realidade é fruto da divisão sexual do trabalho que

atribui atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como resultado de uma construção sócio histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher (Cisne, 2012).

A partir desses dados utilizou-se a categoria teórica “relações sociais de sexo” em nossa pesquisa pelo fato dessa abordagem permite analisar a opressão sofrida pela mulher dentro do sistema capitalista. Segundo Cisne (2014), *rappports sociales de sexe* surgem no início dos anos 1980, tendo estreita relação com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, dentro da tradição do feminismo materialista francófono. Por esse motivo, a utilização do conceito *rappports sociales de sexe* se dá em função da centralidade da discussão sobre o antagonismo de classe e a estratégia feminista de transformação social em nível estrutural.

Tendo em vista o exposto, essa pesquisa teve como objetivo geral: Analisar a organização política das mulheres do Sindicato nas Indústrias de Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza. Como objetivos específicos: 1- Investigar as ações do SINDCONFÉ a partir dos documentos buscando caracterizar a sua atuação e suas pautas reivindicatória nos últimos dois anos; 2-Identificar se a organização das mulheres neste espaço permite avançar da luta econômica para a luta política; 3- Analisar se existe uma relação entre pautas feministas e as pautas de mobilização do sindicato.

Para dar conta do problema aqui apresentado e das motivações que levaram a ele, utilizou-se os pressupostos do materialismo e da dialética tais como propostos por Marx, pois parte-se do entendimento que a compreensão da realidade está em entender de forma histórica e crítica as relações sociais em seus antagonismos, contradições e correlação de forças. Assim, Netto (2011, p.22) aponta:

por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador.

Com base os estudos de Kuenzer (1998, p.64), compreende-se que a práxis dá suporte à pesquisa por mostrar que um conhecimento novo será produzido por meio do permanente e sempre crescente movimento do pensamento, que vai do abstrato ao concreto, ou seja, através do efetivo movimento da teoria para a prática e desta para a teoria, na busca da superação da dimensão fenomênica e aparente do objeto, buscando sua concretude.

Na Segunda Tese sobre Feuerbach, Marx e Engels (2001) afirmam que atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é apenas um elemento teórico, mas sim, uma questão prática. Kosik (1995) acredita que a práxis abrange, além do momento laborativo, mas também o momento existencial. Ela se desenvolve na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e a marca com o sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não são apenas uma ‘experiência’ passiva, mas parte da luta pelo reconhecimento, ou seja, o processo da realização da liberdade humana. (Kosik, 1995, p. 224). Neto e Braz (2011) pontuam acerca da práxis:

O ser social é mais que trabalho, ele cria também objetivações que transcendem o universo do trabalho e a categoria teórica que explica esta realidade é a práxis. A práxis envolve o trabalho, mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas, revela o homem como ser criativo e autoprodutivo. O homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (pp. 53-54).

Lukács (2010) expõe que o trabalho é um ponto de partida que gera o processo complexo em que a formação humana vai ter na práxis um todo, ou seja, a sua efetivação real. Assim, o ponto de partida de toda atividade humana é a práxis produtiva (o trabalho), mas a partir desta se criam outras formas de manifestação e objetivação humanas que se autonomizam. (N. Rocha, 2018)

Esse método utiliza a categoria totalidade como um elemento fundamental para entender os processos sociais. Sobre essa categoria Kosik (1976) escreve:

[...] compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade.

Vale ressaltar que a totalidade não é apenas uma junção de fragmentos agrupados, pois, assim o movimento seria linear e não dialético. Assim Kosik (1976) afirma:

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um

método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta (p. 36).

No sentido de contemplar a categoria contradição, a pesquisa buscou captar a ligação e a unidade resultante da união dos contrários, pois esses, quando se opõem dialeticamente, um incluindo e excluindo o outro, se destroem ou se superam. As determinações abstratas são superadas e dão lugar as determinações concretas em que o pensamento irá se mover durante o percurso da investigação. Assim, ele irá apreender a dinâmica dos contrários e a síntese que resulta na construção dessa nova realidade. (Kuenzer, 1998)

A categoria mediação também se faz necessária à pesquisa, porque mesmo presente em todo o processo no sentido de conhecer, pode-se estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade, uma vez que no contexto do real nada se isola. Kuenzer (1998) aponta:

embora para conhecer seja necessário uma cisão no todo, isolando os fatos a serem pesquisados e tornando-os relativamente independentes, é preciso ter clareza de que esta cisão é um recurso apenas para fins de delimitação e análise do campo de investigação; no contexto do real nada é isolado [...] (Kuenzer, 1998, p. 65).

Então, concluiu-se que a categoria mediação tem o importante papel na compreensão do todo no qual o objeto está inserido.

Durante a primeira etapa, que intitulamos desenvolvimento dos aspectos teórico-metodológicos, foram mapeadas as produções científicas que discutiam acerca do nascimento da sociedade capitalista e a consubstancialidade das relações de classe, sexo/gênero e raça/etnia. Em seguida, fizemos as articulações teórico-metodológicas com os autores encontrados,

levantando reflexões e articulações com autores que discutiam acerca do movimento sindical brasileiro e a organização política das mulheres nos sindicatos.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados. A fim de buscar uma boa base teórica e histórica, primeiramente, buscamos fazer um levantamento documental a partir dos jornais, dos panfletos e das cartilhas produzidas pela entidade, que segundo Gil (2002) são materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Não foi possível ter acesso as atas da gestão, pois havia reuniões, que aconteciam mensalmente, sem atas registradas, mas conseguimos uma cartilha intitulada “Cartilha Popular: Reforma Trabalhista”, panfletos e jornais utilizados nas mobilizações. A cartilha foi trabalhada pelo sindicato durante o primeiro semestre de 2018 em que essa foi distribuída para as trabalhadoras nas Indústrias de Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza com o propósito de explicar os danos trazidos pela Reforma Trabalhista e construir a resistência aos retrocessos do Governo Temer. Esta cartilha que foi organizada pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS), pelo Santos & Ruiz Advogacia e pelo Mandato do deputado estadual Nestor Bezerra (PSOL), que substituiu o deputado Renato Roseno (PSOL) de 22 de fevereiro de 2018 até 22 de julho de 2018, sendo o primeiro operário da Construção Civil de Fortaleza a tomar posse na assembleia no Ceará depois de 71 anos. Ele contou com o apoio de diversos movimentos sociais e sindicatos.

Utilizou-se também da entrevista semiestruturada que contou com o roteiro de perguntas que tiveram como questões: (1) quais motivações levaram as mulheres a participar das ações do sindicato; (2) como se deu a aproximação delas com a entidade; (3) quais os desafios encontrados por elas em sua categoria; (4) quais pautas estão sendo levantadas pelo sindicato e sua relação com as pautas feministas.

A entrevista semiestruturada foi escolhida como um dos instrumentos de coleta de dados, pois a partir dela os indivíduos envolvidos:

(...) partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos. (Alves & Silva 1992, p. 64)

A gestão possui 19 diretores e diretoras na qual 16 são mulheres. Destas mulheres conseguimos entrevistar apenas seis que estão em diferentes cargos. O recrutamento das diretoras foi realizado através da pesquisadora que foi ao sindicato, entrando em contato pessoalmente com elas nos dias das reuniões. Vale ressaltar que tivemos algumas dificuldades devido a maior parte das diretoras não serem liberadas do seu horário de trabalho para irem às reuniões ou às mobilizações do sindicato, pois estas ocorriam nas sextas-feiras no fim da tarde após elas saírem dos seus locais de trabalho. Então, entrevistamos a maioria delas minutos antes das reuniões, mas a entrevista da presidente do sindicato aconteceu em sua casa, porque ela encontrava-se em recuperação de uma cirurgia, considerou-se importante entrevistá-la visto que ela é a mais antiga na gestão e a figura principal do sindicato. Apenas uma diretora tinha liberação integral para cumprir as tarefas do sindicato.

Na terceira etapa foi realizada a análise dos dados coletados, que consistiu na organização e sistematização preliminar dos dados coletados para a presente análise, articulando os aportes teóricos e metodológicos que embasam a pesquisa. A análise dos dados se deu através do método de exposição dialético de Marx que propõe analisar as categorias centrais do projeto dissolvendo sua concepção abstrata para analisar as determinações que incidem sobre elas e tornar conceitos concretos. Segundo Marx (1970) "No primeiro caso a concepção plena dissolve-se em noções abstratas. No segundo, as noções abstratas permitem

reproduzir o concreto pela via do pensamento” (p.38). Assim, além do concreto real, isto é, a própria realidade em toda a sua totalidade, existe o concreto pensado enquanto forma de apropriação, pela via do pensamento humano racional, dos elementos essenciais do concreto real. Os resultados e discussões acerca dos dados foram divididos em três partes, são elas: “Reforma Trabalhista: A precarização por meio de novos contratos”, “A luta feminista como impulsionadora da organização sindical” e “Uma profissão de mulheres negras”.

Assim, chegamos à etapa final de execução dessa pesquisa, com a elaboração da síntese teórica e escrita da versão final da dissertação, sendo o momento de apresentação dos resultados e da síntese reflexiva sobre a temática elencada.

Tal pesquisa se encontra dividida entre: I- Fundamentação Teórica e II- Resultados e Discussão. O primeiro capítulo, “Como nasce a sociedade capitalista- racista- patriarcal” divide-se nos tópicos: 1. Do surgimento da propriedade privada ao nascimento do estado capitalista; 2. A consciência de classe como parte do processo histórico; e 3. A consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe. O capítulo pretende apresentar as categorias centrais da pesquisa situando historicamente o surgimento do estado e analisando a relação da exploração, dominação e opressão a partir das relações sociais de sexo, raça e classe.

O segundo capítulo, “Os sindicatos e a participação política das mulheres no Brasil”, divide-se nos tópicos: 1. O acúmulo teórico da tradição marxista acerca dos sindicatos; 2. Os sindicatos no Brasil – das greves operárias no ABC à Reforma Trabalhista do governo Temer; e 3. A organização sindical das mulheres no Brasil. Buscou-se o resgate das contribuições das obras marxistas/marxianas acerca dos sindicatos e a análise do período entre o chamado “Novo Sindicalismo” até os dias atuais no Brasil, especialmente os avanços e desafios encontrados pelas mulheres nos sindicatos.

O último capítulo, que trata da análise e da discussão dos dados encontrados, tem como título “Organização política das mulheres nas Indústrias de Confeção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza em uma conjuntura de avanço da extrema- direita”. Ele se divide em três tópicos, são eles: 1. Reforma Trabalhista: A precarização por meio de novos contratos, 2. A luta feminista como impulsionadora da organização sindical e 3. Uma profissão de mulheres negras.

A partir desses elementos, enfatiza-se a importância dessa pesquisa para a compreensão da exploração e da apropriação que essa sociedade de classes impõe na vida das mulheres, mas o sindicato como um instrumento que permite o avanço da luta econômica para luta política, reforçando a compreensão que as mulheres da classe trabalhadora não irão conseguir se emancipar no capitalismo.

2. Como nasce a sociedade capitalista- racista- patriarcal

O estudo acerca da organização política das mulheres é uma temática complexa, pois envolve a realidade concreta individual de cada uma delas, bem como seu processo como sujeito político e coletivo. Assim, como as expressões do racismo, do patriarcado e da LGBTfobia que contribuem na exploração e opressão da vida das mulheres.

A partir disso, vale ressaltar a estruturação da sociedade de classes e a relação desta com o patriarcado e o racismo indo além da aparência dos fenômenos, mas buscando captar a essência das relações sociais estruturadas.

Então, esse capítulo se propõe a expor o surgimento do estado capitalista e a relação dele com o nascimento da propriedade privada e a organização familiar, ressaltando que o nascimento da propriedade privada se relaciona com o controle da sexualidade e da vida das mulheres.

O ponto de partida será a concepção marxista que as relações sociais se fundam por meio do trabalho e há três divisões estruturais associadas entre si, são elas: a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo (Cisne & Santos, 2018). Assim, as relações sociais atravessam a apropriação do trabalho de uma classe sobre a outra, em que a produção e a reprodução do trabalho são permeadas pela dominação e exploração da força de trabalho.

Neste capítulo também iremos discutir a consciência de classe como parte do processo histórico da organização sindical das mulheres, abordando as categorias teóricas “consciência em si” para “consciência para si” e as categorias que permitem analisar o avanço da luta econômica para a luta política.

2.1. Do surgimento da propriedade privada ao nascimento do estado capitalista

No livro “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Engels (2012) resgata os modelos de família que antecederam a família monogâmica e as formas de organização do estado. Ele também apresenta os estágios de desenvolvimento humano propostos por Morgan que acompanham os progressos obtidos na produção dos meios de existência. Os estágios pré-históricos de cultura são: o Estado Selvagem, o Estado Barbárie e a Civilização. O primeiro caracterizou-se pela apropriação de produtos da natureza e por as produções de instrumentos que facilitem sua apropriação, por exemplo, a criação do arco e flecha; O segundo destacou-se pela criação de gado, pela agricultura e pelo incremento da produção, a partir da natureza e pelo trabalho humano; O último teve seu começo com a fundição do minério de ferro e a invenção da escrita alfabética. Os três estágios pré-históricos de cultura também acompanhariam os modelos de família, apesar de não oferecer critérios tão restritos acerca dos períodos, como o próprio Engels conclui. (Marcassa, 2006)

O autor também aborda os tipos de família, são eles: a Família Consangüínea, a Família Panalua, a Família Sindiásmica e Família Monogâmica. A primeira caracterizada pela exclusão dos pais e dos filhos de relações sexuais recíprocas, os grupos conjugais classificam-se por gerações, ou seja, irmãos e irmãs são marido e mulher, revelando que a reprodução da família se dava através de relações carnis mútuas e endógenas. A segunda encerrou as relações

carneis entre irmãos e irmãs e a categoria dos sobrinhos e das sobrinhas, dos primos e das primas puderam formar o matrimônio por grupos. Neste período determina-se que os sujeitos da mesma gens, que eram círculos fechados de parentes consanguíneos por linha feminina, não podiam ter relações um com o outro. (Engels, 2012; Marcassa, 2006).

A Família Sindiásmica caracteriza-se pelo matrimônio por pares e tem como característica a exigência da fidelidade da mulher ao seu parceiro. Há mudanças significativas na estrutura familiar com a criação de ordens religiosas e sociais para justificar estas alterações. (Engels, 2012; Marcassa, 2006). Com o surgimento da propriedade privada existe também o surgimento da família monogâmica que nasce com o intuito de atender a duas funções: o primeiro é assegurar a legitimidade das linhagens ao patriarca que seria necessário para controlar a sexualidade feminina e o segundo é a garantia que a propriedade privada do homem fosse passada para os seus herdeiros dando continuidade à acumulação de bens.

Marcassa (2006) apoiada em Engels (2012) disserta que, em Atenas, se consolida as primeiras formas de estado onde se instalou um poder público central com poderes governamentais. As pessoas que não ocupavam lugar no poder central eram reguladas. As três classes sociais existentes nessa forma de estado eram: os nobres, os agricultores e os artesãos, porém apenas os primeiros possuíam o privilégio de ocupar os cargos públicos. Então, iniciou-se o abandono da noção de coletividade que se organizava, anteriormente, os indivíduos. Alguns fatores contribuíram para isso como a divisão do povo entre privilegiados e não-privilegiados e a apropriação privada dos rebanhos, dos objetos de luxo e de terras. Há também a criação seus dos primeiros órgãos de defesa, a favor das autoridades, podendo dirigir-se contra os não-privilegiados. Assim, podemos visualizar os primeiros órgãos, semelhante ao exército, que possuíam a função de ajustar a sociedade para a primeira dominação de uma classe sobre a outra.

Vale ressaltar que as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência (Marx, 1992). Assim, Marx acredita que não foi o Estado que criou a sociedade, mas sim, que ela e sua realidade concreta formaram o Estado. Portanto, se alguém domina o Estado, domina o produto do capitalismo e não o sistema em si (Mascaro, 2015). Ou seja, o Estado não produziu o capitalismo e sim, a forma política de Estado existente.

Marx e Engels (2010) acreditam que o poder político do Estado representativo moderno seria um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa. Dessa forma, o nascimento dele estaria relacionado à necessidade de uma classe social ou grupo, manter seu domínio econômico e seu domínio político sobre outros grupos ou classe. Segundo Marx (1993), “toda classe que aspira à dominação [...], deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral...” (p.96)

No Manifesto Comunista, Marx e Engels (2010) definiram o significado das classes presentes no Estado capitalista:

Por burgueses entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. Por proletários, a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver (p.8).

Sobre o conceito de classe, Bukharin (1970) escreveu:

Que é, pois, uma classe? Pelo que foi exposto mais acima, já demos, em tragos largos, a resposta a esta pergunta. Precisamos agora examinar o assunto mais de perto. Já vimos que por classe social se entende um conjunto de pessoas desempenhando um papel análogo na produção, tendo no processo da produção, relações idênticas com outras

peessoas, sendo essas relações expressas também nas coisas (meios de trabalho). Daí decorre que, no processo de repartição dos produtos, cada classe é unida pela identidade de sua fonte de rendimentos, pois as relações de repartição dos produtos são determinadas pela relação de sua produção. (p.50)

Em Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, Marx (2000) aponta que se um agrupamento social não opõe o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos agrupamentos sociais paralelamente organizados, ele não constitui uma classe social. Ele enfatiza:

Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e a sua cultura daqueles das outras classes e as colocam em posição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe. Na medida em há apenas uma interconexão local entre esses camponeses de pequenas propriedades, e a identidade de seus interesses não gera nenhuma comunidade, nenhum elo nacional e nenhuma organização política entre eles, tais pessoas formam uma classe. (Marx, 2000, p.180)

Assim, a classe seria um agrupamento de pessoas que ocupa o mesmo lugar na produção e possui modo de vida, interesses e a apropriação da cultura opostas a outro agrupamento. Lenin (1982) sintetiza esse conceito:

Chama-se (de) classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada em leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas,

um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (p. 150).

Voltamos a conceituar as classes existentes no capitalismo, Segundo Marx (2010), a burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de transformações oriundas do modo de produção e de circulação. Marx (2010) nos relata:

A burguesia destruiu as relações feudais (...). Rasgou todos os complexos e varreu os laços que prendiam o homem feudal a seus superiores naturais, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras existências do pagamento à vista. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade um simples valor de troca (...). Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou a exploração aberta, direta, despudorada e brutal (p.42).

Assim, a burguesia substituiu as nobrezas medievais para estabelecer o modelo de estado moderno. A revolução industrial somada a necessidade por matéria prima e novos mercados levaram a uma segunda onda de colonização e conquista nos anos 1800 conhecida como era do imperialismo. Nesse período, as potências europeias consolidaram um grau de controle sobre a maior parte dos territórios na Terra e acumularam riquezas em bancos europeus e americanos. A primeira onda de colonização ocorreu em 1600 através dos europeus nas terras americanas. Os massacres e a escravidão passaram a ser práticas rotineiras das potências colonizadoras (Sloan, 2009). Lukács (1981) reconhece que toda a história da humanidade, a partir de um determinado nível da divisão do trabalho e da escravidão, consiste também na história da alienação humana.

A teoria da alienação, na perspectiva lukacsiana, que tem por base uma ontologia fundada no trabalho, base de toda atividade humana. O trabalho, na perspectiva da ontologia marxiano-lukacsiana em sua dinâmica, se põe sempre para além do que está posto, impulsionando novas necessidades e novas possibilidades (Holanda, 2005; Lessa, 1997; Lukacs, 1981). No capitalismo, o trabalho é a atividade principal, no entanto, longe de ser a força criativa e potencializadora da atividade, do pensamento e dos sentimentos humanos, ele é um simples meio de produzir mercadorias (Tonet, 2007). Com efeito, a riqueza das sociedades em que predomina o modo de produção capitalista é caracterizada por Marx (1988) como “uma imensa coleção de mercadorias”. Na forma social capital, a divisão do trabalho, a troca e a propriedade privada transformam a atividade humana em trabalho assalariado. Ao contrário de ser uma atividade que contribua para o desenvolvimento das potencialidades do ser, o trabalho torna-se alienado.

O trabalho para Marx (1988) consiste em um processo através do qual o homem pela sua própria ação impulsiona, regula e controla o intercâmbio material com a natureza. Nesse sentido, o homem põe em movimento as forças naturais de seu próprio corpo com vistas a apropriar-se dos recursos da natureza externa, de modo a atender necessidades humanas, através de sua modificação. Assim, desenvolvem potencialidades humanas submetendo ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Para Lukács (1981) a divisão social do trabalho surge das complexas relações sociais, as quais, tendo base na propriedade privada, provocam fissuras nos homens, o que resulta na alienação que constitui as relações entre homens e mulheres, ou seja, a alienação da sexualidade ou subalternidade sexual da mulher é um elemento que decorre do surgimento da propriedade privada. Em decorrência de tal fato, relações de subordinação entre homens e mulheres vão sendo historicamente perpetuadas. Como aponta Lukács, com o declínio do matriarcado, as

relações de opressão continuam a existir, operando novas formas, com a mesma essência: o domínio do homem e a opressão da mulher, sendo esses a base que funda a convivência entre os seres humanos. Lukács (1981) reconhece que no processo de sensibilização dos sentidos humanos e no processo do homem tornar-se ser social, a relação entre o homem e a mulher baliza o nível de alienação de uma determinada sociabilidade.

Dessa forma, compreendemos o Estado em sua totalidade, tendo na contradição Trabalho x Capital a reprodução da alienação que estabelece com os demais complexos uma conexão, alimentada por valores objetivos e subjetivos referentes ao homem, seja no trabalho, como em sua interioridade, nas relações entre os sexos, nas posições políticas etc. Isto nos põe o desafio de pensar a essência e o significado do Estado no sistema capitalista.

2.2. A consciência de classe como parte do processo histórico

Gonçalves e Jimenez (2013) asseguram que, com o surgimento da sociedade de classes, a consciência passa a se realizar de outra forma. A estrutura inicial da consciência concede lugar a uma nova, com a intenção de responder às exigências embutidas na sociabilidade classista. A partir das obras lukacsianas, entendemos a consciência em seu aspecto da totalidade histórica e a sua ação acontece no âmbito do processo histórico. Logo, ela não deve ser excluída dos fatos históricos de grande importância. Não iremos tratar da ideia de consciência em geral ou consciência individual (ou psicológica), mas sim, o problema da consciência de classe no que diz respeito a classe trabalhadora.

Nesse sentido, Iasi (2007) entende que a primeira forma de consciência tem sua origem na percepção imediata e sensível do indivíduo, assim formando sua concepção de mundo (Iasi, 2002). O autor aponta algumas características dessa primeira forma de consciência são elas:

1. A vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada; 2.a percepção da parte pelo todo, em que o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se “a realidade”(ultrageneralização); 3.por esse mecanismo, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando a percepção de que “sempre foi assim e sempre será”; 4.A satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidas por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e como;(...)7.assim,o indivíduo submete-se as relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução. (pp.45 - 46)

A consciência é uma unidade dialética entre subjetividade e objetividade, possuindo uma relação permanente entre consciência e realidade concreta. A materialidade é o ponto de partida, num movimento minucioso, exercido pelos sujeitos históricos, em um determinado momento. A partir disso, o marxismo acredita que a consciência é um fenômeno inerentemente histórico e social. (Marx & Engels, 1993; Euzebios Filho & Guzzo,2015)

Cisne (2014) faz o percurso da primeira forma de consciência até a consciência de classe. Ela afirma que para a superação dessa primeira forma de consciência é necessária uma crise ideológica. Essa crise manifestaria-se pela revolta, consequência da constatação de injustiça. Farias (2013) afirma que só quando há um avanço para além do processo de produção como um todo, por meio da luta e organização em torno dos seus interesses sejam eles imediatos e históricos, é que se manifestam elementos componentes de uma situação ou forma social que mereceria ser nomeada como de consciência de classe. Assim, em certas condições, essas contradições podem gerar “revoltas” e “sentimento de injustiça” tornando possível o avançar da consciência.

A segunda forma de consciência também denominada “consciência em si” ou “consciência da reivindicação” ocorre a partir da identificação com um grupo e reconhecimento das injustiças sofridas entre os membros desse grupo, por exemplo, a luta sindical em que há um conflito entre os trabalhadores e patrões. Neles existem reivindicações de aumento de salário, mas sem questionar a existência do trabalho assalariado. (Iasi, 2007). A consciência em si se assemelha ao que Marx (1992) chama de classe em si que é marcada por a luta econômica e as satisfações imediatas. Nesta não se tem a compreensão da necessidade de transformar estruturalmente a sociedade.

A terceira forma de consciência é a consciência para si em que há o reconhecimento como classe e a necessidade de superação dessas classes. Isso significa alcançar “luta política”, ou seja, a ideia de transformação da sociedade capitalista. Não é uma luta apenas contra os patrões, mas contra a classe e esse modelo de sistema. (Cisne, 2014; Iasi, 2007).

Lukács (2012) acredita que “os limites objetivos da produção capitalista tornam-se os limites da consciência de classe da burguesia”. Em História e consciência de classe, ele afirma que essa é “a lição pedagógica da história”. Para ele:

(O) proletariado não tem escolha. Ele tem de se tornar uma classe, como disse Marx, não somente “em relação ao capital”, mas “para si mesma”, isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa (Lukács, 2012, p.184).

Lukács (2012) acredita que “A cisão mais impressionante e repleta de consequências na consciência de classe do proletariado se revela na separação violenta entre a luta econômica e a luta política” (Lukács, 2012, p.175). O resultado dessa separação seria o momento em que o proletariado adquire conscientemente o sentido da situação histórica de sua classe.

Definitivamente, é o que se poderia nomear de “consciência prática de classe”. Assim, compreendemos que enquanto a classe trabalhadora permanecer como classe apenas em sua relação rude com o capital, ela não se tornará uma classe com consciência ativa.

Segundo Farias (2013) os ideólogos capitalistas costumam ironizar essa compreensão, procurando rotular a ela como um desejo dos marxistas de que a classe operária tenha um ponto de vista marxista, esquecendo estes que a luta de classe não foi inventada pelos marxistas, mas sim, que foi posto a estes o desafio de esboçar esse quadro de luta histórica e as suas perspectivas através de uma análise social que desenhou o cenário dos principais embates que tem marcado a história humana por mais de um século. Para Lukács (2012) consciência de classe não é igual à consciência psicológica de cada proletário ou a consciência psicológica de massa do seu conjunto, mas sim, que este tornou-se consciente da situação histórica de sua classe.

Desse modo, Mézaros (2008) aponta que a consciência de classe é inseparável do interesse de classe com base na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade. A partir disso, os interesses de classe teriam que ser divididos em parciais, quando diz respeito a uma luta resumida a uma categoria de trabalhadores ou quando se busca apenas o atendimento daquela pauta imediata sem o questionamento da dominação do capital; e históricos, quando movem a classe trabalhadora como classe e coloca em questão o domínio estrutural traduzido no regime social capitalista.

Diante disso, concluímos que através do avanço da luta econômica para a luta política, é que a consciência, na sociedade capitalista, se eleva ao patamar de uma consciência de classe, condição para que se tenha um horizonte estratégico de mudança estrutural da sociedade.

2.3. A consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe

A ideologia do ter configura um norte para toda forma de alienação, podendo ser derrotada apenas quando houver a extinção da subalternidade sexual da mulher (Braga, Jimenez, Rabelo, Gonçalves & Segundo, 2014; Holanda, 2005). Para Lukács, após Marx, o desenvolvimento pleno dos sentidos só será possível de ser efetivado, em virtude da abolição da sobreposição da ideologia do ter, materializada na subsunção do valor de uso pelo valor de troca. Na perspectiva de Marx e Lukács, a emancipação humana só se efetivará com os devidos desdobramentos que culminam com o fim da alienação sexual entre homens e mulheres. Daí, asseveramos que a luta pela emancipação humana é também a luta pela emancipação feminina.

A ideologia dominante nesse sistema é responsável por compreender as mulheres como naturais e com um destino biológico determinado, a mesma tem como base a “sexagem”. Uma vez que “sexagem” seria um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão (Cisne, 2014; Guillaumin, 2012).

As mulheres passam a ser resumidas por seu sexo, sendo apropriadas sua força de trabalho, seu corpo e sua vida. Ao entendemos as relações [rapports] de sexagem como relações de apropriação direta, compreendemos que existem duas formas de apropriação: individual privada ou/e coletiva. A apropriação individual ocorre dentro da família por meio do casamento e a coletiva acontece, de forma mais profunda, através da Igreja, do Estado e das empresas (Cisne, 2014; Guillaumin 2012).

Marx (1988) afirma que, com o processo de acumulação do capital, a indústria capitalista distribui entre a família todo o valor da força de trabalho do seu chefe, ou seja, o modelo de família monogâmica e patriarcal contribui para a naturalização de funções e a difusão

do conservadorismo de modo que reforça as estruturas e os pressupostos da sociedade de classes.

Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1993) apontam que a ideologia tem como fundamento as relações materiais dominantes concebidas como ideias. Para Cisne (2014), o germe da ideologia, em sua “acepção negativa”, reflete-se na divisão sexual do trabalho e na sociedade de classes, à medida que o ser social fragmenta sua capacidade de apreensão da totalidade sobre seu processo de trabalho. A divisão social surge com a divisão entre o trabalho material e espiritual.

Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social através das relações sociais e adaptada-se historicamente a cada sociedade. Ela caracteriza-se pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, em que o lugar dos homens é nas funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc) e o lugar das mulheres é atividades referentes ao lar.

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação que afirma a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio de hierarquização que atribuí um valor maior ao trabalho do homem em comparação ao trabalho da mulher (Kergoat, 2009).

Segundo Souza Lobo (2011), há uma ideologia que dita o lugar da mulher na família, que não só força mulher aceitar empregos mais precários, mas também naturaliza ela carregar um duplo fardo dessa ideologia na qual se encontra embutida a divisão sexual do trabalho, sustentando que o cuidado das crianças e das atividades domésticas é um trabalho de mulher. A partir disso, cria-se um ciclo de trabalho praticamente contínuo de exploração e de opressão à mulher.

As sociedades estruturadas, a partir da família monogâmica e da acumulação da propriedade privada, naturalizam os serviços domésticos e a criação dos filhos como uma responsabilidade feminina sem qualquer tipo de remuneração. Nogueira (2006) disserta que no espaço reprodutivo, o trabalho doméstico possui uma enorme importância para produção socialmente necessária, sendo fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção. Apesar do trabalho doméstico não ter como finalidade a criação de mercadorias, ele é responsável por desenvolver condições imprescindíveis para a sobrevivência da família. Dessa forma, o capital apropria-se, mesmo que indiretamente, do espaço da reprodução

Para Ferreira (2007), em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres já entram em desvantagem nas atividades remuneradas. A situação se agrava devido ao fato de que os postos de trabalho assumidos pelas mulheres hoje que são os mais precários. Por exemplo: no setor informal (comerciantes, ambulantes, catadores de lixo, revendedoras em domicílio); no trabalho em domicílio; (no trabalho terceirizado, empresas de limpeza, por exemplo); no setor de serviços (comércio, telemarketing); nos serviços mais precários (diaristas, por exemplo).

Vale ressaltar que as relações sociais são consubstanciais, pois elas criam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia. Elas são co-extensivas, porque as relações sociais de classe, sexo e de “raça”, se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat,2009).

Cisne (2014) e Devreux (2005) afirmam que o termo “gênero” é polissêmico ou pretensamente neutro e que não explicita os sujeitos das relações sociais de sexo. Este conceito possui também um “baixo nível de compreensão” fora do campo acadêmico e é um termo ainda distante da realidade das mulheres trabalhadoras.

Apesar da contribuição dos estudos de gênero das feministas acadêmicas escritos no final da década do século XX, precisamente entre os anos 70 e 80, que enfatizam a necessidade desnaturalizar e historicizar a desigualdade entre homens e mulheres. Optou-se por utilizar as relações sociais de sexo, pois concordamos com Mathieu (1991) acerca dos sexos como produto de um *rapport* social, isto é, uma relação social permeada por antagonismos e hierarquias entre grupos ou classe que são transpassados pela divisão sexual do trabalho (Cisne & Santos, 2018). Mathieu (2014) também conduz seu pensamento para construção social do sexo e da sexualidade em que ela considera dois aspectos importantes para a compreensão da relação biológica e social. O primeiro deles é de que forma a sociedade utiliza-se da ideologia da definição biológica do sexo para construir a “hierarquia” de gênero e em que medida essa sociedade manipula realidade biológica do sexo para reproduzir essa diferenciação social. (Cisne & Santos, 2018)

Mathieu (2014) destaca que o sexo e a sexualidade possuem uma construção social/cultural, ela entende sexo como a organização mental de ideias, que compreende as representações, mitos e utopias e de práticas atribuídas as relações sociais entre os sexos.

A neutralidade do termo “gênero” permitiu que a categoria fosse melhor aceita nos meios acadêmicos e nos organismos de financiamento de pesquisas devido o apagamento do sujeito da opressão apresentada pelo termo “gênero” do que o próprio termo “feminismo”, por exemplo. Devreux (2005, p. 564) aponta:

(...) a utilização do conceito de “gênero” permitiu às pesquisadoras francesas serem percebidas como menos agressivas, menos “feministas”, por suas instituições e por seus colegas homens. Não chocando, elas pensavam chegar mais facilmente a um consenso científico sobre a questão da dominação masculina, mantendo-se mais politicamente corretas. De certa maneira, elas eram mais “polidas”, não nomeando nem a violência e

o antagonismo contidos na ideia de “relação social”, nem o critério um pouco animal de “sexo”.

Para Devreux (2005), o termo gênero também permitiu, que pesquisadores homens ingressassem nesta área de pesquisa científica a deixando mais consensual. Ela enfatiza “um pouco como ocorre com o termo “condição feminina”, o termo “gênero” evoca a ideia de um problema social sofrido pelas mulheres, de uma desigualdade social construída, mas na qual os homens não seriam atores” (p.564). Para a autora, a relação social de sexo nomeia explicitamente o conflito entre as duas classes de sexo, pois não pode haver relação social com uma categoria única.

A utilização do conceito gênero passa a ser amplamente usado no Brasil após a tradução do texto de Joan Scott “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”, realizada por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, em 1991(Cisne, 2014). Scott acredita que a categoria gênero não necessita de uma articulação com as categorias “classe” e “raça/etnia”, sendo para a autora necessário a compreensão da categoria gênero de maneira separada entre essas categorias. Nas palavras da autora,

A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações. (Scott, 1991, p.4)

Discorda-se dessa perspectiva de análise teórica, concordamos com Cisne (2014), pois partimos do pressuposto de que classe, “raça” e relações sociais de sexo (incluindo sexualidade) não compõem apenas relações superpostas, adicionais ou mesmo “intersecções”. Para Saffioti

(2015), o patriarcado se materializa na vida de todas as mulheres, pois o sistema patriarcal permite que o homem desfrute de direitos apenas por serem homens, e esse direito inclui a dominação e a submissão das mulheres em todos os sentidos.

Acredita-se que utilizar “patriarcado” não significa cristalizar as relações desiguais entre os sexos que se estabelecem na sociedade, pois o uso desse termo nos permite resgatar o histórico das desigualdades aprofundadas com a invenção da propriedade privada. Cisne (2014) afirma que a defesa do termo patriarcado se dá pelo fato desse conceito permitir se referir à sujeição da mulher, bem como por singularizar a forma de direito político que todos os homens exercem por serem homens. Dessa maneira, ao utilizarmos “patriarcado” para descrever as formas de relações estabelecidas na sociedade de classes, estamos evidenciando o sujeito que sofre a opressão, uma vez que a mulher tem o seu corpo, sua vida e seu trabalho explorado e apropriado.

Safiotti (2015) faz uma reflexão sobre a relação patriarcado, racismo e capitalismo, uma vez que estes agem de forma entrelaçada na exploração e na opressão das mulheres:

(...) O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura de um nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes. Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. [...] novelo – patriarcado -racismo- capitalismo historicamente constituída (p.125).

Guillaumin (1992) e Guimarães (2003) apontam que o racismo e a “raça” são produtos da modernidade, ou seja, que a ideia de raça não existiria fora da modernidade. Eles afirmam

que a ideia de raça existentes atualmente supõe uma noção chave para a ciência moderna, a de natureza intrínseca com um determinado caráter, uma determinada psicologia e uma determinada capacidade intelectual. A ideia científica de que a natureza se desenvolveu a partir dos seus próprios mecanismos internos é imprescindível para essa ideia moderna de raça. Através dessa distinção, não se pode negar que a palavra “raça” é anterior a essa ideia moderna, embora seja uma ideia não científica que no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países justificou a escravidão. Donald Pierson (1971) aponta que a sociedade brasileira é uma sociedade multirracial de classes. Ele quer dizer com isso trata-se de uma sociedade a qual as “raças” não eram propriamente “raças”, mas grupos em aberto. Ou seja, a raça não seria um princípio classificatório nativo (ninguém teria raça nativamente, mas sim cor); nem seria também um grupo de descendência. Os estudos de Bastide e Florestan (1955) rompem radicalmente com essa ideia que origina uma grande discussão que já vinha sendo colocada pelo movimento negro nos anos 1930: a existência do preconceito racial no Brasil, apesar do ideal de democracia racial (Guimarães, 2003). A sociedade multirracial de classes, de que falava Pierson em 1940, se transformou, com o tempo, na chamada democracia racial em que suas origens estão no pensamento de Gilberto Freyre. Freyre (1993) compreende que a cultura luso-brasileira havia desenvolvido uma “democracia social” mais profunda e pujante que a “democracia política” dos anglo-saxões e franceses (Guimarães, 2003). Esta seria basicamente um modelo diferente de colonizar responsável por miscigenar, igualar, integrar culturalmente os negros, absorver sua cultura e dar chances concretas de mobilidade social no mundo branco. Freyre (1993) destaca o termo “democracia étnica” para afirmar que, no Brasil, apesar de uma estrutura política muito aristocrática, desenvolveu-se um plano de relações raciais democráticas.

Segundo Guimarães (2003) quando Florestan Fernandes (1965) discute sobre o mito da democracia racial, ele queria destacar o seguinte: essa democracia racial é apenas um discurso de dominação política, não havendo existência concreta e é usada apenas para desmobilizar a comunidade negra. Esse discurso de dominação seria puramente simbólico e responsável por omitir o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros. Fernandes (2006) justifica:

Não se entende a situação do negro e do mulato fazendo-se tábula rasa do período escravista e do que ocorreu ao longo da instauração da ordem social competitiva. [...] Do ponto de vista sociológico, o que interessa, nesse pano de fundo, é o fato de que os estoques negro e mulato da população brasileira ainda não atingiram um patamar que favoreça sua rápida integração às estruturas ocupacionais, sociais e culturais do capitalismo (p. 272).

Em relação à realidade das mulheres negras, Davis (2016) afirma que apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre os casos de estupros e coerção sexual, a literatura atual minimiza o peso da escravidão, às vezes, reforçando a ideia de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. Essa literatura alimenta a não existência de exploração sexual, mas a ocorrência de miscigenação. Apesar de seus escritos abordar a escravidão das mulheres negras nos Estados Unidos, no Brasil não foi diferente. Silva (2010, p.3) confirma:

A escrava foge dos princípios que norteiam as relações familiares da sociedade escravocrata, diferentemente das mulheres da classe dominante à sexualidade da escrava não se enquadra nos parâmetros ideológicos da família branca, não está voltada a procriação e nem a reprodução. São inúmeros os casos de negligência e de descaso dos senhores, no que se refere a questão e tratamento da reprodução das escravas visto que quando grávidas não dispunham ou melhor, não lhes eram concedidas nenhuma

condição por mínima que fosse para que houvesse um melhor desenvolvimento do feto. Na realidade o que interessava aos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar se era homem ou mulher, o que importava era o produto do trabalho de ambos. Assim uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório e com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores e também motivo para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas visto que teria de dedicar-se ao filho.

Davis (2016) afirma que os proprietários tentavam garantir que suas “reprodutoras” tivessem seus filhos, mas não as privavam do trabalho árduo nas lavouras. As mulheres escravas eram forçadas a deixar seu bebê deitado no chão próximo de onde trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar com eles presos em suas costas. A impossibilidade de amamentá-los durante o dia fazia com que elas tivessem que suportar a dor causada pelo inchaço das mamas.

Assim, compreendemos que a escravidão deixa marcas até hoje na vida das mulheres negras da classe trabalhadora. Elas encaram a opressão sexista de um modo que repercute na realidade e nas complexidades das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual (Davis, 2017).

A partir disso, reforçamos a importância da participação e da mobilização destas nos espaços de organização política para a construção de um projeto de sociedade que não reproduza a opressão e a exploração que, historicamente, as mulheres negras foram e ainda são submetidas. Apesar da importância da representação nos espaços institucionais, destacamos também as mobilizações e ações dos movimentos sociais que também atuam fora desses

espaços. Rogrigues e Prado (2010) analisam a trajetória e a consolidação do Movimento de Mulheres Negras (MMN) na cena pública brasileira ao longo dos últimos trinta anos:

O processo de consolidação do sujeito político mulheres negras traz como uma de suas consequências mais perceptíveis, no que estamos considerando o eixo interno e organizativo de seus avanços, uma mudança nas formas organizativas do próprio movimento negro, ou pelo menos uma reflexão sobre novas possibilidades de ação política e mobilizatória. Como as mulheres negras puderam acessar de maneira mais ou menos livre tanto o movimento feminista quanto o movimento negro, elas conseguiram constituir entidades que, do ponto de vista organizativo, representam, ainda que de forma discutível, um avanço em relação às entidades tradicionais do movimento negro. Ou seja, com as mulheres negras chegam com maior profusão as ONGs, com pautas de trabalho que são mais definidas que a de outros grupos negros, gerando possibilidades de atuação e intervenção não tematizadas até então pelo movimento negro. (Rodrigues & Prado, 2010, p.453)

Carneiro (2011) sugere que as mulheres negras precisam estar voltadas para duas ações imediatas dentro do movimento feminista brasileiro, são elas: enegrecer o feminismo e feminilizar o movimento negro. Carneiro (2011, p. 3) enfatiza:

demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a

crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

A classe trabalhadora é heterogênea, não podemos negar como os componentes das relações sociais de sexo e étnico-raciais agem para estabelecer diferenças hierárquicas que o capital se apropria em sua dinâmica de produção e de reprodução. Para analisarmos a classe trabalhadora é necessário compreender a dinâmica da luta de classes, mas também suas particularidades e as diferenças dos sujeitos que a compõem (Cisne, 2012).

3. Os sindicatos e a participação política das mulheres no Brasil

O presente capítulo se propõe a resgatar as contribuições das obras marxistas/marxianas acerca dos sindicatos proporcionando uma discussão com Marx, Engels, Trotski, Lenin, Rosa e Gramsci. A retomada do papel do sindicato para a classe trabalhadora e a importância deste como instrumento para a organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras foram temas importantes nas obras desses autores.

Dentre as experiências de mobilização política que o movimento sindical protagonizou no Brasil ressaltamos a Greve dos metalúrgicos no ABC Paulista, em 1978, que iniciou o período chamado “Novo Sindicalismo” e impulsionou a organização de diversos setores da classe trabalhadora brasileira. Vale destacar a contribuição dessas mobilizações para impulsionar a luta das mulheres e a participação destas nos espaços de representação da política.

Assim, para compreendermos a história do movimento brasileiro e a organização política das mulheres precisamos retomar a movimentação dos sindicatos diante dos governos neoliberais até a ascensão dos governos do PT. Destaca-se também o golpe político contra a presidente Dilma Rousseff que abre uma conjuntura defensiva na realidade da classe trabalhadora brasileira.

3.1. O acúmulo teórico da tradição marxista acerca dos sindicatos

As primeiras considerações de Marx sobre os sindicatos encontram-se na obra *Miséria da Filosofia*. O autor questiona Proudhon, que dizia os sindicatos e as greves por melhores salários não eram úteis, pois a consequência seria a inflação. Marx considera que a luta principal a ser protagonizada pela classe operária na sociedade capitalista seria a revolução social.

Portanto, a luta sindical teria a capacidade de ensinar a classe trabalhadora a agir coletivamente, de forma organizada, consciente de seu poder enquanto classe que produz a riqueza social. (Marx, 2001)

Marx acredita que os sindicatos são “sociedades de segurança criadas para os próprios operários” que se unem para colocar-se em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Dessa forma, os sindicatos teriam como papel impedir que o nível de salário fique abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho desça abaixo do seu valor (Aguena, 2008). Apesar de reforçar o papel econômico imediato dos sindicatos, Marx acredita que eles podem servir de instrumento de organização social.

Engels no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* escrito entre 1844 e 1845 afirma que os sindicatos serviriam como proteção aos ataques dos industriais que não iriam hesitar em precarizar ainda mais a condição de vida dos trabalhadores com o objetivo de conseguirem uma situação melhor na concorrência com outros capitalistas, caso não encontrassem resistência. A principal expressão da indignação dos proletários contra a situação imposta pelos patrões eram as greves que, apesar de não ser o fim em si só, seriam como uma escola de guerra dos operários, em que eles se preparariam para a destruição da sociedade capitalista. Sobre a necessidade das greves, Engels (1986) pontua:

Simplesmente porque devem protestar contra toda redução, mesmo se ditada pela necessidade; porque sentem que devem proclamar que eles, como seres humanos, não foram feitos para se dobrar às circunstâncias sociais, mas as circunstâncias sociais é que devem se dobrar a eles como seres humanos; porque o silêncio de sua parte seria um reconhecimento destas condições sociais, uma admissão do direito da burguesia de explorar os operários nos bons tempos e deixá-los morrer de fome nos

maus. Contra isso o trabalhador deve rebelar-se enquanto não perdeu todo sentimento humano [...] (p. 250).

Em 1864, ocorreu a votação da Lei Ollivier na França que embora tivesse limitações, reconhecia o direito de organização dos operários. Hobsbawn (1987) apreende que no ano de 1860 existiu o renascimento do movimento operário inglês e o ressurgimento de organizações iniciais de operários. Nesse contexto, ocorreu a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em um encontro no St. Martin's Hall, em Londres, no dia 28 de setembro de 1864, para o qual Marx foi convidado a participar e redigir o manifesto inaugural e estatuto de fundação (N. Rocha, 2018). Neste constava:

Que a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores; que a luta pela emancipação operária não é uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas pelo estabelecimento de direitos e deveres iguais e para a abolição de todo domínio da classe; (Aguena, 2008)

Marx em *Salário, Preço e Lucro* acredita que os sindicatos seriam como centros de resistências contra as usurpações do capital, apesar destes apresentarem limitações, eles deviam não só lutar contra os efeitos do sistema existente, mas lutar pela a emancipação final da classe operária que se daria através da abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (Marx, 2002)

Marx também enfatiza que a emancipação trabalho não é um problema local nem nacional, mas sim social, que compreende a realidade de todos os países necessitando de uma solução de curso teórico e prático.

Então, quando Marx funda a Associação Internacional dos Trabalhadores, ele acredita que esta deve solidarizar-se efetivamente com as organizações operárias como as ligas operárias

e camponesas, as sociedades de socorro mútuo, os sindicatos e as cooperativas de produção e de consumo para que a organização nestes instrumentos sejam meios para se alcançar uma transformação radical da sociedade (Aguena, 2008).

Em Miséria da Filosofia, Marx (1847/2001) aponta:

As condições econômicas tinham transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (p.151).

A partir disso, entendemos que, para Marx, é só através da luta que os trabalhadores poderiam avançar em sua consciência de classe e chegar a constituir um partido político próprio da classe operária. Assim, o papel que cabe aos sindicatos é organizar os operários em classe, educando-os para a construção da revolução social. A luta econômica, sindical, transforma o proletariado em classe para si, mas ela também pode possibilitar que a classe trabalhadora deixe de ser meramente classe em si e se transforme em classe para si na luta contra o capital almejando uma sociedade sem explorados e exploradores. (Farias, 2013; N. Rocha, 2018)

Em seus “Escritos sobre sindicatos”, Trotski (1978) pontua que os sindicatos, assim como o partido revolucionário, eram importantes para que o proletariado compreendesse a sua missão histórica – ser o sujeito social da revolução social – se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários o partido e os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado. Para Trotski, o importante era divulgar, seja através do partido operário, ou através dos sindicatos, as ideias

socialistas. Ele acreditava que o sindicato não são um fim em si mesmo, mas apenas um meio que precisa ser empregado em direção à revolução proletária (Trotsky,1940). Em sua obra *O Programa de Transição*, no item que disserta sobre os sindicatos na época de transição, Trotsky enfatiza “na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, que os operários têm atualmente mais necessidades do que nunca de organizações de massas, antes de tudo de sindicatos” (2011, p. 08).

Lenin (1978) em *O Que fazer?* trazia à tona a definição de Engels a respeito das greves, “escola de guerra”, mas alertava que elas ainda não seriam a própria guerra, apenas um dos meios da luta operária por sua emancipação. Sobre as tarefas do sindicato, Lenin (1979) dizia:

as tarefas dos sindicatos consistem em que eles sejam os artífices de milhões de seres que aprendam por sua própria experiência a repelir os velhos preconceitos, a dirigir o Estado e a produção, é apenas nisto que reside a garantia infalível de que a causa do socialismo vencerá plenamente excluindo toda a possibilidade de retrocesso. (p. 278).

Ou seja, o grande líder da revolução russa acreditava que o sindicato estaria a serviço da revolução social sendo este um instrumento para a construção de uma sociedade sem classes.

Lenin tem uma rica contribuição acerca da agitação e propaganda para o movimento operário. Ele acredita que agitação tem que estar a propósito de uma manifestação concreta da opressão de classe, pois ela se manifesta em diversos aspectos da vida da atividade profissional, civil, privada, familiar, religiosa e científica. Dessa forma, a agitação tem que estar a serviço de denunciar as desigualdades econômicas, mas também os abusos cometidos dentro das fábricas (Lenin,1978). Lenin também conclui que a consciência de classe dos operários não pode ser uma consciência política verdadeira se os operários não forem habituados a reagir contra o autor

da opressão e da violência, ou seja, estes precisam ter nitidez acerca dos seus inimigos de classe.
(Aguena, 2008)

Rosa Luxemburgo (1979) em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* aponta que a Revolução Russa produziu, pela primeira vez na história das lutas de classes, uma realização grandiosa da ideia da greve de massas e até mesmo da greve geral, inaugurando, assim, uma nova época no desenvolvimento do movimento operário. Ela fez uma crítica aos sindicatos alemães que, em uma reunião secreta com a direção da social-democracia alemã, entraram em um acordo, em que estes não deflagrariam a greve política de massas sem sua concordância e, se possível, procurariam impedi-la; porém, se a greve mesmo assim fosse iniciada, os sindicatos não precisariam aderir.

Nesta obra, ela faz uma crítica às burocracias sindicais e polemiza com Kautsky sobre a greve das massas e o papel dos sindicatos e dos partidos políticos nesta. Luxemburgo (1979) acredita que, se por algum motivo e em qualquer momento chegasse a iniciar na Alemanha um período de grandes lutas políticas, de greves de massas, se iniciaria também uma era de duras lutas sindicais. Para ela, os acontecimentos não iriam se deter em pedir autorização dos dirigentes sindicais, caso estes tentassem impedir os acontecimentos, os acontecimentos iriam retirá-los de cena e as massas levariam suas lutas econômicas e políticas adiante sem eles. A autora enfatiza que a luta revolucionária na Rússia, na qual a greve de massas é empregada como instrumento mais importante, foi realizada pelos trabalhadores, em prol dos seus direitos e condições políticas.

Acerca da mesma temática, Lenin disserta que cada greve lembra aos capitalistas que eles não são os verdadeiros donos, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente. A greve também permite que o operário perceba que não está só e que essa luta não é apenas dele ou pelo seu salário, mas é a luta de todos os seus companheiros que abandonaram

o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo de retaliações dos patrões (Aguena, 2008).

Em *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, Lenin responde aos comunistas alemães sobre a atuação dos revolucionários nos sindicatos daquela época com fortes aristocracias operárias em suas direções, ele explicita:

E é essa precisamente a estupidez que cometem os comunistas alemães ‘de esquerda’, que deduzem do caráter reacionário e contra-revolucionário das direções dos sindicatos que é preciso sair dos sindicatos! Renunciar ao trabalho neles! Criar formas de organização operárias novas, inventadas! Uma estupidez! [...] Para saber ajudar a ‘massa’ e conquistar sua simpatia, adesão e apoio, é preciso não temer as dificuldades, mesquinhas e perseguições dos dirigentes. E deve-se trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas. (Lenin, 1989, p. 67)

Dessa forma, ele também reforça que é preciso fazer sacrifícios e vencer os maiores obstáculos impostos no enfrentamento com os padrões para que seja possível realizar uma propaganda e uma agitação sistemática para as massas proletárias e semiproletárias mesmo que estas estejam em associações e sindicatos relacionados à direita ou indiretamente com a burguesia.

Outro autor que faz críticas às burocracias sindicais e aos limites do sindicalismo é Gramsci. Ele, junto com Bordiga, enfatizam o horizonte limitado dos sindicatos dentro da ordem capitalista que faz com que eles apresentem limites em sobrepor essa ordem, tendo um papel político e pedagógico necessário no sentido de mostrar à classe trabalhadora seus limites em se reformar, mas não seriam estes instrumentos de transformação social, pois para os autores, esse papel cabe ao Partido Político. Em outras palavras, os sindicatos são importantes

instrumentos de luta por apontarem os limites do capitalismo no âmbito econômico ou da luta econômica (Gramsci & Bordiga, 1981).

Gramsci, Trotsky, Luxemburgo, Lênin, Marx e Engels, consideram que é na organização política dos trabalhadores e na luta contra o capital que se é possível uma educação política do proletariado. Nesta luta contra as contradições geradas pelo capitalismo é que a classe trabalhadora passa a se reconhecer como classe. Assim, cabe também ao sindicato intervir politicamente junto às massas para que essa luta torne-se mais efetiva e não sujeita a uma mera prática espontaneísta.

Após revisarmos as concepções de sindicato em Marx, Engels, Lenin, Luxemburgo, Gramsci e Trotsky, irá ser abordado um pouco do histórico do período chamado de “Novo sindicalismo” e da participação das mulheres nesse processo relacionando com as concepções até agora estudadas.

3.2. Os sindicatos no Brasil – das greves operárias no ABC à Reforma Trabalhista do governo Temer

A história de sua formação social brasileira é uma história de dependência. Assim, entendemos que o Brasil é:

País maneiroso, cuja história desenrola-se lentamente, sem rupturas nem mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da contrarrevolução, o Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro (Antunes, 2011, p. 61).

Segundo Lacerda Jr (2013), apoiado em Prado Júnior (1990), a dependência (“integração para fora”) e a barbárie (“desintegração para dentro”) são processos sociais que marcam o Brasil e a sua história desde a colonização até o presente. A colonização possuiu um papel específico de desenvolver o processo de acumulação primitiva do capital nas metrópoles europeias, isto é, a “descoberta” do Brasil foi apenas um capítulo na história do desenvolvimento do comércio europeu.

Bambirra (2012) classifica os países em A, B ou C. Os países do tipo A estariam relacionados à estrutura “primário-exportadora com o desenvolvimento industrial”, eles conseguiram integrar o capital nacional com o capital estrangeiro possuindo um certo grau monopólio. Os países A foram colônias de povoamento e com disposição ao desenvolvimento das atividades agro-pecuária. Os países B e C seriam uma reprodução do capitalismo central com o capitalismo dependente, eles seriam as colônias de exploração onde o processo de integração entre o capital nacional e o capital estrangeiro não ocorreu.

Marini (2012) enfatiza que a divisão entre o capitalismo central e dependente supõe uma divisão internacional do trabalho desigual onde os países dependentes são responsáveis pela produção industrial e os países mais avançados se encarregam do controle financeiro e tecnológico. Dessa forma, o Brasil é um país de tipo B possuindo uma economia dependente no qual somos importadores de capital. Os saldos na balança comercial (resultado positivo das exportações sobre as importações) são insuficientes para resolver o déficit no balanço de pagamentos e nas contas correntes, gerando uma dependência do investimento estrangeiro para evitar a desvalorização da moeda com as consequentes pressões inflacionárias.

Sobre a história brasileira Lacerda Jr (2013) apoiado em Marini (2000) afirma que:

(...) entre os anos 1930 e 1964 a história brasileira foi marcada por regimes bonapartistas, necessários para garantir o equilíbrio instável de forças opostas. A crise econômica do capitalismo mundial em 1929 criou uma situação *sui generis* em que a demanda de bens manufaturados do mercado interno brasileiro não poderia mais ser satisfeita com importações. Isto fez com que a economia brasileira transitasse de uma formação econômica baseada na exportação e na atividade agrícola para uma sociedade industrializada. Esta transformação fez com que a oligarquia latifundiária perdesse o monopólio político e passasse a dividir o poder com a burguesia industrial. Em certos momentos, esta disputa abriu espaço para as lutas e aspirações de camponeses e operários, todavia, estes nunca conseguiram impor suas necessidades, pois para a burguesia brasileira o mais importante não era sua contradição com o latifúndio ou com o imperialismo, mas sim a garantia do lucro.

Segundo Arcary (2017), durante a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas estabeleceu uma política externa de neutralidade, porém admitindo até algum flerte com as potências do Eixo. As negociações se estenderam entre 1939 e 1942 e na Terceira Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos foram firmados os acordos em represália ao torpedeamento de cinco navios brasileiros por submarinos supostamente alemães. Esses acordos pactuaram um empréstimo de 100 milhões de dólares para a implantação do projeto siderúrgico brasileiro, além da aquisição de material bélico no valor de 200 milhões de dólares. Eles foram decisivos para a criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em Volta Redonda, e da Companhia Vale do Rio Doce.

Alguns anos depois houve a instauração da ditadura militar no Brasil, buscou-se garantir a integração dependente da economia brasileira ao sistema capitalista mundial, quanto oferecer uma resposta das classes dominantes à ameaça representada pelas lutas operárias e

camponesas que se dava na época. Segundo Netto (1991, p.16), esse regime, tinha como objetivo: 1- A adaptação aos padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista; 2- Imobilizar os sujeitos sociopolíticos que resistiam a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e 3- Impulsionar, em todos os aspectos, as tendências contra a revolução e ao socialismo.

Para Lacerda Jr (2013), após o golpe militar, assistiu-se a emergência de diversas lutas contra a ditadura militar. A reorganização de operários e camponeses, ao longo dos anos 1970 e 1980, foi um dos elementos necessários para a redemocratização da sociedade brasileira, porém este processo se desenvolveu com a manutenção de uma ordem social regida pelo capital.

Em maio de 1978, a partir da greve no ABC paulista, até o final da década de 80 ocorrem inúmeras transformações significativas no movimento sindical brasileiro como a retomada das ações grevistas, a emergência do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, o esforço de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas e o aumento no número de sindicalizados (Antunes,1995). Resultante desta conjuntura, o Novo Sindicalismo surgiu da articulação de variadas concepções que giravam em torno da bandeira de um sindicalismo de classe, mais autônomo e independente em relação ao estado. Neste sentido, ele propôs uma ruptura com o passado, que teria sido predominantemente pautado pela “colaboração de classe”, “reformismo”, “conciliação”, “cupulismo” etc, práticas às quais o Novo Sindicalismo se opunha fortemente (Santana, 2001).

Vale ressaltar uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que chegaram a representar 75,5% do total das greves desencadeadas em 1984 e 60,8% em 1985, estas atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora, só em 1978 foram deflagradas 118 greves e dez anos depois elas passaram a totalizar 2 188 greves.

O número anual de grevistas cresceu sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas pulou de 1,8 milhão para 132 milhões” (Alves, 2000; Noronha, 1991; Antunes, 1995)

As greves do ABC paulista (1979 e 1980), a greve geral dos bancários (1985), o confronto de Volta Redonda (1988) e a greve nacional (1989) foram grandes mobilizações motivadas por a luta contra a subtração e a degradação do salário (Antunes, 1995). Apesar dessas serem pautas econômicas e, compreendermos a partir de Marx (1975) que a luta sindical é uma luta contra os efeitos, mas não contra as causas do sistema de salário, no Brasil, ela permitiu questionar as condições de sobrevivência dos trabalhadores, possuindo uma dimensão política e resultando em formas de organização sindical dos trabalhadores.

Esse processo dá origem, em 1980, ao Partido dos Trabalhadores e em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT nasce em uma composição de diversas correntes, tendências e agrupamentos que atuavam no terreno sindical. Esta aglutinou desde setores da igreja ligadas a Teologia da Libertação até as tendências socialistas e comunistas. A primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), que ocorreu em 1981, contou com a presença de 1.091 entidades sindicais e 5.036 delegados que dividiam entre setores de um perfil mais classista e combativo até um perfil mais conciliador e moderado. O primeiro setor era formado pelas oposições sindicais que traziam como bandeira central a luta pelos organismos de base, sendo este o setor responsável pela criação da CUT. O pólo conciliador trazia setores mais burocráticos até setores ligados a esquerda tradicional como Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eles foram responsáveis pela criação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora que posteriormente deu origem a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (Alves, 2000; Antunes, 1995).

Nos primórdios dos anos 90, sob a era neoliberal, surgiria a Força Sindical, central sindical do “sindicalismo de resultados” contou com o apoio de cerca de trezentos sindicatos, duas confederações e vinte federações e caminhou no sentido de consolidar o projeto neoliberal do sindicalismo de resultados. O “sindicalismo de resultado” seria um contraposto ao “sindicalismo de confronto”. Enquanto o “sindicalismo de resultado” utilizava como eixo reivindicatório a greve por empresa, o sindicalismo de confronto focalizava nas greves gerais por categoria, nos moldes das greves metalúrgicas do ABC (Alves, 2000; Antunes, 1995).

Para Boito (1994), a promulgação da Constituição de 1988 e a vitória da candidatura Fernando Collor de Mello, em 1989, seriam os acontecimentos políticos que reforçariam a tendência à segmentação corporativa, especialmente em setores importantes do sindicalismo da CUT. A Constituição de 1988, em seu oitavo artigo, liberou os sindicatos do controle estatal, apesar de manter preservada a unicidade sindical. O corporativismo de Estado daria lugar a um novo tipo de corporativismo, o que o autor chama de corporativismo societal. Ele acredita que esse novo corporativismo é responsável pelo “egoísmo de fração” devido os trabalhadores se organizarem em função de uma identidade sócio-econômica e não possuírem uma definição legal do quadro da estrutura sindical corporativista de estado. (Boito,1994)

Boito (1994) também afirma que, naquele momento, existiam setores que ainda se mantinham apegados ao monopólio legal da representação sindical e as taxas sindicais obrigatórias, porém existiam setores que rejeitavam esse controle do estado especialmente os setores neocorporativista da CUT representados pela Articulação. Esses setores defendiam de modo sistemático a proposta do Contrato Coletivo de Trabalho que consistia em uma proposta para liberar os setores mais organizados para assinar acordos melhores sem ter que carregar consigo toda a categoria legal. Eles também possuíam interesse nas Câmaras Setoriais que permitiam através do seu caráter tripartite opinar em torno das decisões do estado que afetavam

diretamente setor ou ramo econômico. A articulação também congrega a maioria dos sindicatos e de categorias importantes como os metalúrgicos, bancários e petroleiros. As correntes CUT pela Base e Corrente Sindical Classista apresentaram inúmeras críticas a esse modelo de Contrato Coletivo de Trabalho, porém estas possuíam poucos sindicatos e com menor poder organizativo.

Estas mudanças contribuíram para uma prática sindical que, para além de fetichizar a negociação, transformam os dirigentes em gestores que encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização para operar fundos de pensão e planos de saúde. O perfil das lideranças e as práticas sindicais vão se alterando, saindo de um perfil mais combativo e sem o conflito Capital x Trabalho no centro, e sim, pautando temas ligados a cidadania. (N. Rocha, 2018)

Com a vitória de Fernando Collor, em cima de Luiz Inácio Lula da Silva, o Novo Sindicalismo se ver diante de um cenário mais adverso. O avanço do neoliberalismo associado as pressões do sistema capitalista tem como objetivo o avanço da reestruturação produtiva, a financeirização da economia, a livre circulação dos capitais, as privatizações do setor produtivo estatal e a flexibilização da legislação trabalhista. Essa conjuntura pressiona o Brasil a adaptar-se a nova divisão internacional do trabalho sob a hegemonia neoliberal e do capital financeiro. Com o impeachment de Collor e a eleição de Fernando Henrique, as práticas da desregulamentação, flexibilização, privatização e desindustrialização ampliaram-se, assim como a informalidade, terceirização, subemprego e o desemprego (Antunes & Santana, 2014).

A pressão objetiva do neoliberalismo resultava no aumento das taxas de desemprego, que refletiu diretamente no movimento sindical com uma política de arrefecimento das greves e a tentativa de uma convivência pacífica com o capital. (Dias & Bosi, 2005) O principal agente

de tal política foi a Força Sindical com um recorte ideológico francamente neoliberal e uma prática centrada em resultados econômicos, fazendo a CUT sofrer pressões do sindicalismo patronal da Força Sindical, que passou a disputar fortemente os espaços políticos e sindicais da própria CUT (N. Rocha, 2018). Enquanto a Força Sindical apoiou os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995-2002), a CUT, apesar de ter regredido em alguns elementos do seu programa político, ela assumiu uma postura crítica frente àqueles governos, considerando-os adversários dos trabalhadores (Galvão, 2002).

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumia a presidência do Brasil após vencer as eleições presidenciais contra José Serra (PSDB). Para Singer (2012) esse governo, contando com as mudanças da conjuntura da economia internacional, adotou políticas para reduzir a pobreza, especialmente o combate à miséria e a ativação do mercado interno. Esse modelo se centrou na “diminuição de pobreza com manutenção da ordem” (Singer, 2012, p. 13), refletiu-se em programas como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo.

Essa conjuntura também gera reflexos no movimento sindical, em que Boito e Marcelino (2010) pontuam alguns elementos para a compreensão desse novo ciclo de greves, que se intensifica entre 2004 e 2008 durante os governos Lula, mas que também nos permite analisar aspectos econômicos, políticos e ideológicos da conjuntura apresentada. São eles:

- a) uma retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico; b) ligeira recuperação do emprego; c) o fato de a inflação dos alimentos estar atingindo taxas superiores à taxa média de inflação, isto é, há uma taxa de inflação, ocultada pela inflação média, que atinge mais pesadamente os trabalhadores; d) a existência de um regime democrático; e) o fato de a equipe governamental bem como as presidências e diretorias de empresas estatais serem compostas, no período dos mandatos presidenciais de Lula da Silva, por pessoas oriundas, em grande parte, do movimento sindical – no quadriênio 2004/ 2007,

o Governo Federal e as empresas estatais negociaram com mais de 90% das greves deflagradas pelo funcionalismo público federal e pelos trabalhadores das empresas estatais; f) o desgaste da ideologia neoliberal que aparece na eleição de Lula e nos novos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina; g) a concorrência política entre as centrais sindicais brasileiras, cujo número e variedade de orientações político-ideológicas cresceram, como já dissemos, entre 2004 e 2007. h) uma década de experiência, por parte do movimento sindical no Brasil, com os chamados “processos flexíveis” da reestruturação produtiva capitalista e a construção de alternativas de ação diante dela. (p. 330)

As greves que ocorreram entre 2004 e 2008 caracterizavam-se por pautas ofensivas, ou seja, conquistas de direitos. Destaca-se a presença do funcionalismo público e empregados de empresas estatais. Em 2008, o ano da crise econômica, os números saltaram para 411 greves e 2 milhões de grevistas, em contraponto ao ano de 2007, que eles representavam cerca de 300 greves e 1,5 milhões de grevistas. Em 2004 e 2005, a maior parte das greves pautavam reajuste salarial. Vale ressaltar que 90% delas conseguiram estabelecer negociação com os empregadores, só no ano de 2005, 75% das greves terminaram com a obtenção de algumas ou de parte das reivindicações. (Boito & Marcelino, 2010)

Retornando a movimentação política e ideológica da classe trabalhadora, em 2006, ocorre o deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento eleitoral brasileiro que também contribuí para estabelecer a separação política entre ricos e pobres. O lulismo representou o encontro de uma liderança advinda da classe trabalhadora, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa delineado entre 2003 e 2005 que centrou-se no combate à pobreza através da ativação do mercado interno, causando uma melhora no padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, mas sem a presença de um confronto com os

interesses do capital (Singer,2012; Farias, 2013). Essa relação com os mais pobres foi o que ocasionou a reeleição de Lula em 2006, apesar do mensalão ter afastado uma parte da classe média que apoiou Lula no primeiro mandato.

Arcary (2011) levanta algumas questões que possibilitaram o avanço econômico durante os governos de Lula. Para ele, o crescimento econômico entre 2004 e 2008 só foi possível, porque o país foi favorecido com o aumento da demanda mundial de commodities e pelo aumento interno do consumo associado à expansão de crédito. Esta foi a explicação do aumento da popularidade do governo Lula: redução do desemprego a taxa menores que a metade daquelas que o país conheceu ao longo dos anos 1990; a recuperação do salário médio que atingiu, finalmente, em 2011, o valor de 1990; aumento da mobilidade social, tanto a distribuição pessoal, quanto a distribuição funcional da renda; garantia da elevação real do salário mínimo acima da inflação e a ampliação dos benefícios do Bolsa Família.

Antunes (2011) acredita que durante esse governo houve a ampliação da hegemonia do capital financeiro, preservando a estrutura fundiária concentrada e incentivando os fundos privados de pensão. Braga (2012) afirma a hegemonia lulista foi responsável pela desmobilização dos movimentos sociais, pois eles foram integrados as burocracias estatal e paraestatal em nome da aparente realização de pautas históricas desses movimentos, passando a consentir com políticas como os fundos de pensão, que para o autor, proporcionou a financeirização da burocracia sindical. Ele afirma que, na condição de gestores dos fundos de pensão, o compromisso principal deste grupo é com a liquidez e a rentabilidade de seus ativos, apesar de argumentarem que os fundos possuíam um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis e na geração de empregos. (N. Rocha, 2018)

Em 2011, Dilma Rousseff chega à presidência, com o prolongamento da crise do capitalismo internacional e em decorrência de medidas políticas internas, o crescimento

econômico brasileiro entrava em derrocada. No início de 2013, o capital internacional e a fração da burguesia integrada a ele iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma que objetivava reestabelecer “a hegemonia do neoliberalismo puro e duro” (Boito, 2016, p.27). No mesmo ano estoura as manifestações os protestos contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô que tomaram o país em junho de 2013. A maioria das greves de 2013 foram protagonizadas por trabalhadores dos transportes, resultando em uma onda grevista inédita na história do país que somou 2.050 greves. Isto significou um crescimento de 134% em relação ao ano anterior e configurou um novo recorde na série histórica do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-Dieese) (Braga, 2016).

Uma parte da juventude que entrou na universidade através da política de cotas, do Programa Universidade para Todos (ProUni), da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) não encontraram os empregos esperados no mercado de trabalho. Uma parte dessa insatisfação eclodiu nas ruas em junho de 2013, porém uma juventude que não estava acostumada a se manifestar também apareceu nas ruas. Amaral (2016) pontua:

Os novos integrantes, logo apelidados de “coxinhas” pela juventude de esquerda, repudiavam as bandeiras vermelhas a pretexto de impedir a “partidarização” do movimento, e assumiam o verdeamarelo “de todos os brasileiros”. Condenavam os black blocs e exaltavam a polícia militar, que reprimira com violência os protestos convocados pelo Movimento Passe Livre. Suas principais bandeiras eram contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí”, paulatinamente substituídos por um simples “Fora PT”. A imprensa foi atrás de entrevistas com as novas lideranças, sem esclarecer sua origem. Alguns grupos eram fáceis de rastrear, como o Vem Pra Rua, de

Rogério Chequer, ligado à juventude do PSDB e ao senador Aécio Neves. Ou o Revoltados Online, francamente autoritário, que pedia a volta da ditadura militar enquanto faturava com a venda online de camisetas e bonecos contra o PT. O mais obscuro deles era o Movimento Brasil Livre (MBL), que parecia ter brotado da terra para assumir a liderança daquele que se tornaria o movimento pró-impeachment nos anos seguintes. O líder público do MBL, Kim Katagiri, então um estudante de economia de dezenove anos que fazia sucesso postando vídeos engraçadinhos no portal YouTube, foi alçado à condição de celebridade. De cabelos compridos e barbinha, cultivando uma imagem irreverente, Kim pretendia simbolizar a juventude “que saiu do Facebook para as ruas”, apesar da absoluta falta de novidade de suas propostas: liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim das políticas públicas distributivas. Ou seja, o velho neoliberalismo, acrescido de toques “libertaristas” (libertarians, em inglês), expressos em faixas com dizeres enigmáticos como “Menos Marx, mais Mises”, referindo-se ao economista Ludwig von Mises, da Escola Austríaca, pouco conhecido até entre os acadêmicos.

Para Demier (2017), em função da cobertura midiática, criou-se uma situação em que milhares de pessoas iam aos protestos exigir serviços públicos baratos e de qualidade, porém ao retornar em suas casas recebiam as notícias que, na verdade, todas elas teriam ido às ruas para protestar pelo fim da corrupção, pela prisão dos mensaleiros e, até mesmo, pela redução do número dos ministérios.

Os setores de oposição de Esquerda foram diluídos nas manifestações, pois elas caracterizavam-se pelo antipartidarismo, pois a divisão da sociedade em partes era vista como nociva ao ordenamento social. Com o discurso demagógico alinhado a ideologia fascista, fortalecia-se a ideia de apenas um partido no poder que tivesse como foco a nação, não seus

interesses “particulares”, podia governar. O discurso anticorrupção também foi intensificado e qualquer tentativa de combate à corrupção era automaticamente canalizada para dentro do próprio regime, pois se as instituições (Poder Executivo, Judiciário e Legislativo) são corruptas ao mesmo tempo, não existe política fora delas, sendo então necessários dirigentes apolíticos. (Demier, 2017)

Para Braga (2016) o aprofundamento da crise econômica e a guinada rumo à política de austeridade do segundo governo de Dilma Rousseff aprofundaram as tendências regressivas que fez com setores organizados da classe trabalhadora permanecessem ativos nas greves. Os setores médios tradicionais, que até então foram aliados do PT e da CUT até o escândalo do “Mensalão”, marcharam rumo a uma agenda econômica e política a direita, o que culminou em uma onda de protesto em 2015. A operação Lava Jato da Polícia Federal também foi um elemento crucial para a derrocada dos governos do PT, pois focou, exclusivamente, nos políticos petistas envolvidos em esquemas de corrupção na Petrobras. Assim, as manifestações de 2015 se deram com base o discurso contra a corrupção e com palavras de ordem como “Fora corruPTos”, “Fora Dilma” e “Fora PT”.

Em 15 de março de 2015, os movimentos MBL, Vem para rua e os Revoltados On-line convocam uma manifestação que reuniu milhares de pessoas na Avenida Paulista. As manifestações cresceram com a ajuda da divulgação massiva por parte das grandes emissoras de TV e a narrativa dos escândalos revelados pela Operação Lava Jato. Esses movimentos passaram a ganhar visibilidade e receber financiamento de empresários e atores políticos de oposição. (C. Rocha, 2018)

Então, em agosto de 2016 se concretiza o impeachment sendo mais um capítulo do golpe político em cena. Vale ressaltar que as forças golpistas tinham o objetivo de impor uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. Dessa forma, a parceria entre PSDB e

o PMDB intensificou e convergiu no documento “Uma ponte para o futuro”. O objetivo central do documento era garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos às custas dos gastos com educação, saúde e programas sociais do governo (Braga, 2016).

Temer em seu governo aprova a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que limita os gastos públicos por 20 anos e a Reforma Trabalhista que intensifica a fragilização dos vínculos trabalhistas e a exploração da classe trabalhadora.

Pontua-se também o avanço do discurso de ódio contra as mulheres, as LGBTs e as negras e os negros nessa conjuntura, em que expomos dois fatos nos quais as mulheres foram interrompidas de fazer, são eles: o assassinato de Marielle e o impeachment de Dilma. Ribeiro (2018) reforça que para além de lutar pela manutenção das mulheres como seres que votam, também é necessário garantir a permanência dessas mulheres até o fim do seu mandato. A autora propõe:

Por trás do assassinato de Marielle e do impeachment de Dilma está a constatação de que ainda não superamos o Brasil de séculos atrás. Está o fato que ainda não superamos as capitânicas hereditárias, os “homens bons” do Brasil colônia e muito menos a corrupção, que é estrutural e não uma questão de caráter de alguns. São esses “homens bons” que almejam uma retomada e estão se organizando para isso, agindo de forma explícita ao colocar nossos direitos em risco, inclusive o direito de votar e ser votadas. (Ribeiro, 2018, p. 107)

Almeida (2018) propõe que em períodos de crise existe uma impossibilidade de manter sob controle ideológico e político as contradições geradas pelo capitalismo. A democracia e a cidadania poderão ser ultrapassadas para conservar formas sociais de maneira episódica ou sistemática. Episódica quando diante de ameaças pontuais à ordem, um governo democrático

se vale da violência e de outros procedimentos legais como ocupações de território, invasões domiciliares, prisões arbitrárias ou remoções ilegais. Sistemática quando abre mão do verniz democrático e estabelece a violência de estado para manter a ordem. Mbembe (2018) acredita que o avanço do projeto neoliberal instaura o que ele chama de “devir negro no mundo”, em que a violação de direitos humanos e a violência naturalizada contra os negros torna-se o padrão para todos trabalhadores. Assim, com o acirramento da crise econômica mundial e seus desdobramentos mais evidentes, há a intensificação da exploração, da expropriação e da degradação das condições de vida das massas trabalhadoras (Calil, 2016).

3.3. A organização sindical das mulheres no Brasil

Zetkin (2015) elabora sobre a aproximação das mulheres para o movimento operário, ela afirma que a propaganda das mulheres deve abordar as questões relativas ao movimento operário. A principal tarefa, portanto, é acordar a consciência de classe das mulheres e incorporá-las à luta de classes vigente. O principal líder da revolução russa, Lênin, também ressalta que o sucesso da experiência de todos os movimentos libertadores de uma revolução depende do grau de participação das mulheres (Lenin, 1979).

Partindo disso, retomamos Saffioti (2013) que atribui a pequena representatividade da sindicalização da mulher e a precária possibilidade oferecida à mulher de utilizar das vias normais de reivindicações dos trabalhadores assalariados. Ela também acrescenta que o trabalho feminino é considerado subsidiário na formação econômico-social capitalista, ou seja, o salário da mulher é considerado um suplemento para elevar os rendimentos da família.

Bertolin e Kamada (2012) enfatizam a importância da conscientização de mulheres e de homens de que atributos como a capacidade de liderança não são aptidões naturais tipicamente

masculinas. Na prática das relações sindicais verificou-se que algumas mulheres tornaram-se líderes competentes quando conseguem romper com as impossibilidades socialmente construídas.

No contexto do Novo Sindicalismo, a luta das mulheres começou a ganhar espaço no campo sindical, passando a contar com pautas, que orientava-se para uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora que considerava não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas. (Bertolin & Kamada, 2012)

Elizabeth Souza-Lobo (2011) expõe que no 1º Congresso das Operárias da Metalurgia de São Bernardo do Campo, em janeiro de 1978, organizado pela direção sindical que não incluía nenhuma mulher, tinha como objetivo estimular a participação das mulheres nas lutas sindicais, pois apesar do aumento delas na categoria, elas ainda eram poucas nas atividades organizadas pelo sindicato. Em 1976, pensou-se em um congresso que também discutisse as modificações na legislação trabalhista e tornasse legal o trabalho noturno das mulheres.

Os jornais que pretendiam introduzir o debate acerca do congresso e do trabalho noturno das mulheres tinham afirmações como “ A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam pela melhoria das condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis”. Acerca dos objetivos do congresso, pontuavam a necessidade “de integrar as mulheres às lutas sindicais de toda a categoria a fim de reforçar a luta dos homens” (Souza-Lobo, 2011). Dessa forma, pode-se observar ainda um atraso em torno do debate acerca das condições de trabalho das mulheres e um receio que as pautas das mulheres deixassem de “reforçar a luta dos homens”. Assim, existia uma falsa ideia de que a luta das mulheres se dissociava da luta contra a exploração.

As participantes desse congresso demonstraram o seu desejo de se integrar à “luta dos homens” enfrentando o boicote de seus padrões e algumas delas, que apareceram na imprensa durante o congresso, foram demitidas. As mulheres que participaram do 1º Congresso das Operárias da Metalurgia de São Bernardo do Campo denunciaram as medidas discriminatórias e os problemas que atingiam as mulheres, dentre elas estão: a desigualdade de salários, as más condições de trabalho, provocações sexuais cotidianas e o preconceito racial (Souza-Lobo, 2011).

Souza-Lobo (2011) e Bertolin e Kamada (2012) afirmam que a ideia de “unidade”, no conceito de “unidade da classe operária”, confunde-se com a ideia de “identidade”, que elimina a noção de “diferença”. É por isso que a constatação da discriminação-diferença é considerada uma ameaça a unidade da classe operária, daí a necessidade de integrar as lutas. “Além disso, o sindicato é apresentado como um espaço masculino do qual as mulheres são excluídas; a luta, é a luta dos homens” (p. 45). Assim, torna-se necessário reafirmar que a classe trabalhadora não é homogênea, que as contradições impostas pelo patriarcado e o racismo possuem relação consubstancial com a exploração.

O início da década de 80 foi marcado a anistia de presos políticos e o restabelecimento do direito ao voto, com eleições para o governo estadual, em 1982, e os candidatos oposicionistas protagonizaram uma votação relevante. Os grupos ativistas de direitos sociais e políticos, após a redemocratização do país, foram responsáveis pelas denúncias de assassinatos de mulheres “em legítima defesa da honra”, pela criação do Conselho da Condição Feminina e da primeira Delegacia Especializada da Mulher (Bertolin & Kamada, 2012).

Em 1988, a nova Constituição traz avanços em torno dos direitos sociais das mulheres com a ampliação da licença-maternidade, mas também reconhecendo a licença-paternidade para homens. Sobre isso Souza-Lobo (1991) pontua:

Assim, a paternidade, como encargo não somente financeiro, intervém na definição dos direitos sociais dos homens. Da mesma forma, as exigências da maternidade integram os direitos das trabalhadoras. As duas situações são reconhecidas como diferentes; permanecem desiguais, reforçando a paternidade. O fantasma da especificidade não se esvai, no entanto. Se a lei legitima o direito das trabalhadoras à maternidade, as práticas patronais introduzem formas de controle sobre a fertilidade das mulheres, de modo a tentar subtrair destas o benefício das licenças. A maternidade e o trabalho assalariado continuam a se opor. (pp.5-6)

Vale ressaltar que a partir de 1982 foram criados o Conselho da Condição Feminina em São Paulo que deu origem a outros conselhos em outros estados e, posteriormente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Após isso, houve a formação de comissões de mulheres em sindicatos e partidos políticos (Souza-Lobo,1991).

Com a pequena participação das mulheres nos espaços políticos e discussão de cotas para assegurar a participação destas nos espaços de decisão da política brasileira, impulsiona-se a cota de participação política no interior do movimento sindical que é adotada pelas Centrais Sindicais. A cota de gênero na CUT contou com sua aprovação em 1993, na Força Sindical, com a Secretaria da Mulher, em 1991 e na CGT, em abril de 1986. (Bertolin & Kamada, 2012). Destacamos as ações da CUT visto que esta é a maior central sindical com uma extensa representação de sindicatos.

Em 1986, foi criada a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, da CUT, como um espaço específico para a organização das mulheres, o ponto de partida para o debate de gênero no âmbito daquela central. Em 1993, a 6ª Plenária Nacional da CUT aprovou, depois de dois anos de debates e por influência da política de cotas implementada pelo PT, cota de gênero de no mínimo 30% para os seus cargos diretivos da central (...)

ano seguinte, o 6º CONCURTO elegeu a Coordenação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, que passou a integrar a Direção Executiva Nacional, a fim de assegurar que haja a perspectiva de gênero na definição das políticas. Em 1995, a 7ª Plenária Nacional lançou a Campanha Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical, ampliando a participação e a representação das mulheres na CUT, principalmente nas questões relativas à Aids, campanha que se estendeu até 2000. (...) A criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, em 2004, significou um avanço importante no reconhecimento da contribuição feminina na vida sindical. A Força Sindical dispõe de uma Secretaria Nacional da Mulher, que desenvolve um trabalho de conscientização junto aos sindicatos pela equidade de gênero, para o que articulou pautas de reivindicações que devem nortear as negociações. Em 1997, incorporou a política de cotas para mulheres em 30%, só tendo conseguido preencher essas cotas 12 anos – e algumas campanhas para a sindicalização de mulheres – depois. Importa ainda destacar o Projeto Formação de Mulheres Negociadoras, que logrou aumentar o número de mulheres presidentes de sindicatos de 93, em 2001, para 242, em 2010. (Bertolin & Kamada, 2012, pp. 41-42)

Em junho de 2003, ocorreu em São Paulo o 8º Congresso Nacional da CUT, é neste espaço que são criadas a secretaria nacional e as secretarias estaduais da Mulher Trabalhadora. Neste congresso são eleitos 13 membros para a Executiva Nacional, apenas 4 eram mulheres, o que representa aproximadamente 30%, para 9 homens. Na Diretoria Executiva foram eleitos 18 membros, 7 eram mulheres e 11 homens, havendo um total de 31 membros na direção da entidade, em que 11 são de mulheres e 20 são de homens. A participação feminina na direção fica em torno de 35,48% (RESOLUÇÕES DO 8º CONCURTO, 2003; Borges, 2017). Em 2012, ocorreu o 11º CONCURTO, em que é aprovada a paridade, contudo, das 22 pessoas que foram

eleitas para a Executiva Nacional da CUT, apenas 7 eram mulheres (31,81%), para 15 homens. Na Diretoria Executiva, de 9 eleitos, 2 eram mulheres (22,22%) e 7 homens. Assim, em um total de 31 cadeiras de toda a direção da entidade eleita neste congresso, apenas 9 foram ocupadas por mulheres, o que não atinge nem sequer a cota anterior de 30 % (RESOLUÇÕES DO 11º CONCURTO, 2012; Borges, 2017).

Em 2015 acontece o 12º CONCURTO no qual é referendada a primeira direção paritária da CUT, em que dos 28 cargos da Executiva Nacional, 14 foram ocupados por mulheres. Na Diretoria Executiva dos 15 cargos eleitos, 8 eram ocupados por mulheres. (RESOLUÇÕES DO 12º CONCURTO, 2015)

Para Leone e Teixeira (2010) a ausência das mulheres nos espaços de direção das centrais sindicais e dos sindicatos tem diversos fatores:

A divisão sexual do trabalho, que define tarefas distintas e atribui papéis para homens e mulheres, que separa a esfera da produção da esfera da reprodução, que hierarquiza os valores masculinos e femininos e que considera “natural” que aquelas que estão na luta, nas greves, não ocupem cargos de direção. Aquelas que conquistam espaços são vistas muitas vezes como “assexuadas” ou como se estivessem fora de lugar. Portanto, a divisão sexual do trabalho também ocorre nas práticas sindicais sob muitas formas. Uma das formas de expressão desta divisão é que as mulheres são excluídas dos cargos mais relevantes como presidente, tesouraria e secretaria geral. Por outro lado, se um cargo é ocupado por um homem ele tem importância, se por uma mulher, muitas vezes é visto como burocrático. Assim, as práticas sindicais acabam por reproduzir as formas da divisão sexual do trabalho, colocando as mulheres em atividades secundárias, investindo pouco em formação política e em sua trajetória como liderança. Entretanto, nos momentos de avaliação geralmente são mais rigorosos com as mulheres, exigindo delas

compromisso, dedicação e empenho, o que não é exigido dos homens. Da mesma forma que as mulheres não ocupam postos de chefia ou não exercem posição considerada “de responsabilidade” nos locais de trabalho também no sindicalismo elas não estão presentes nas instâncias de direção (p.16).

Assim, ressaltamos a importância de forjar mais mulheres nas representações sindicais, investindo em sua formação política e dando destaque as pautas que tratem da luta contra a opressão. Vale destacar a importância das mulheres nos cargos de liderança para romper com a lógica patriarcal que impõe os espaços privados para as mulheres e aos homens, os espaços públicos como os da política.

No Brasil, a deputada federal Marta Suplicy propôs as cotas para mulheres nas eleições legislativas, pela Lei nº 9.100/95, elas teriam a proporção de 20% dos assentos. A partir da Lei nº 9.504/1997, que alterou a legislação eleitoral, a reserva de vagas aumentou para 30%. A Lei Eleitoral em 2019 passou por algumas alterações, ocorrendo a mudança do parágrafo único do artigo 10 que agora prevê que cada partido ou coligação “preencherá”, e não mais “reservará”, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Assim, tornou-se obrigatório o cumprimento da cota. (Bertolin & Kamada, 2012)

Em relação as candidaturas femininas eleitas em 2018, 2/3 do Senado foram renovados em 2010, sete mulheres foram eleitas senadora e o mesmo número se repetiu em 2018. As sete senadoras representam 13% dos eleitos neste ano. No Acre, na Bahia e no Tocantins, não houve candidatas e em 20 estados, nenhuma mulher foi eleita para o Senado. As deputadas estaduais são 161 dos eleitos, um aumento de 35% em relação a 2014. O Mato Grosso do Sul não elegeu nenhuma deputada estadual. Em relação as deputadas federais, ocorreu um aumento de 51% no número de mulheres eleitas em relação a 2014. O número passou de 51 para 77 mulheres neste ano. Isso quer dizer que a nova Câmara vai ter 15% de mulheres na sua composição. Houve

estados que não elegeram nenhuma deputada federal são eles: Amazonas, Maranhão e Sergipe.⁶ O PT foi o partido que mais elegeu mulheres a deputadas federais. Das 56 cadeiras, o partido conquistou 10. Em seguida vêm o PSL (Partido Social Liberal) com nove mulheres.⁷ Ao todo, foram eleitas 65 candidatas autodeclaradas pretas ou pardas para cargos no Legislativo em todo país, levando em conta a Câmara, o Senado e as Assembleias Estaduais, sendo 51 deputadas estaduais, 13 deputadas federais e apenas uma senadora. O resultado equivale a 4% das 1.626 vagas disputadas no pleito.⁸ A partir desses dados podemos apreender que as mulheres negras ainda possuem uma baixa representação nos espaços de formulação da política brasileira. Então, reforçamos o pensamento Collins (2019), enquanto as mulheres negras estiverem em situação de opressão, irá persistir também a necessidade de seu ativismo.

⁶ Velasco, C. ; Oliveira, L. Nº de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. Recuperado em 10 de outubro de 2019 de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>

⁷ Assis, C.; Ferrari, M. e Leão, N. Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019. Recuperado em 10 de outubro de 2019 de <http://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/>

⁸ Mazza, L. Mulher negra (não tão) presente. Recuperado em 10 de outubro de 2019 de <https://piaui.folha.uol.com.br/mulher-negra-nao-tao-presente>

4. A organização política das mulheres nas Indústrias de Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza na conjuntura atual

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza possui 19 diretorias, em que 16 diretorias são ocupadas por mulheres, nas quais a presidente, a vice-presidente e a tesoureira são mulheres, ou seja, os cargos mais importantes são ocupados por mulheres.

A partir disso, foram entrevistadas seis mulheres da gestão, em que cinco destas se consideram negras. A maioria possui casa própria e apenas uma mulher mora em casa alugada. As entrevistadas possuem de 8 anos a 30 anos trabalhando no ramo. Em relação ao estado civil destas, duas estão casadas, duas estão divorciadas e duas estão solteiras. Todas são mães, em que três das seis mulheres entrevistadas possuem cinco filhos, duas possuem quatro filhos e uma mulher possui 1 filho.

Com intuito de manter o sigilo das informações coletadas e preservando a identidade das entrevistadas atribuiremos nomes de mulheres que marcaram a história brasileira sendo estas, símbolos importantes na luta contra a opressão e a exploração. Assim, estas serão:

Margarida Alves⁹ (58 anos), Nísia Floresta¹⁰ (64 anos), Olga Benário¹¹ (29 anos), Iara Iavelberg¹² (47 anos), Dandara dos Palmares (65 anos)¹³ e Marielle Franco (56 anos).¹⁴

Além das entrevistas, buscou-se atas da gestão e o material utilizado por elas em suas ações com a categoria. Não conseguimos ter acesso as atas da gestão, mas tivemos acesso aos panfletos, jornais e cartilhas utilizadas pela diretoria do sindicato.

Ressalta-se que a gestão atual conta com mulheres que ganharam as eleições do sindicato das “mãos dos pelegos” (Stegle, 2012, p. 53) e algumas delas são fruto do período chamado “Novo Sindicalismo” explanado no capítulo anterior. A presidente do SINDCONFÉ atuou nas greves gerais de 1987 e 1989, tentando conter as diversas medidas econômicas fracassadas para conter o processo inflacionário que, em janeiro de 1989, acumulou mais de 1000% de inflação ao mês. Assim, Stegle (2012) pontua que as operárias da Guararapes unidas às castanheiras da Cione, caminharam em uma passeata de aproximadamente mil pessoas até o

⁹ Nascida em Alagoa Grande, Paraíba. A primeira mulher a liderar um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil. Tornou-se um símbolo da luta das mulheres camponesas que até hoje organizam a Marcha das Margaridas em sua homenagem e para reivindicar melhores condições de vida para as mulheres. Foi assassinada por encomenda de grandes fazendeiros da região.

¹⁰ Nascida em Papari, no Rio Grande do Norte, cidade que agora leva seu nome. É autora do livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” escrito quando esta tinha 22 anos. Ela era defensora dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Nísia também participou ativamente das campanhas abolicionista e republicana.

¹¹ Nascida em Munique, na Alemanha. Ainda adolescente, deixou a casa dos pais para lutar pelo comunismo. Mudou-se para Moscou e passou pelo intenso treinamento militar soviético. Chega ao Brasil, em 1934, por de uma missão do partido comunista na qual era responsável pela segurança de Luiz Carlos Prestes. No Brasil, foi uma das fundadoras da “Intentona Comunista” de 1935. Foi deportada grávida para a Alemanha pelo Governo de Getúlio Vargas, com aprovação do STF, sendo assinada no campo de extermínio nazista.

¹² Nascida em São Paulo. Iniciou-se na política no movimento estudantil, em 1963, ao entrar na Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), cujo centro acadêmico hoje leva seu nome. Militou em organizações de esquerda em que atuou contra a Ditadura Militar e foi morta por esta.

¹³ Não se tem registro de onde Dandara nasceu. Foi uma das líderes do Quilombo dos Palmares em que ajudava na elaboração de estratégias para a resistência do quilombo. Lutou com armas pela libertação total das negras e dos negros no Brasil. Suicidou-se, após ser presa, para não retornar a condição de escrava.

¹⁴ Nascida e criada no Rio de Janeiro. Formou-se em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Eleita vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com mais 46 mil, Marielle era uma mulher negra e uma militante incansável dos direitos humanos. Trabalhou na Câmara Municipal do Rio na qual presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e foi relatora da comissão responsável por monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro. Foi assassinada no dia 14 de março e até hoje não se tem uma resposta acerca de quem mandou a matar.

centro da cidade denunciando as condições precárias de trabalho. Então, enfatiza-se a escolha desse sindicato pela herança histórica que ele representa para a luta das mulheres.

4.1. Reforma Trabalhista: A precarização por meio de novos contratos

Aprovada em 13 de julho de 2017 por meio da Lei nº 13.467/2017, a Reforma Trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017. Essa nova legislação veio com a tarefa de fragilizar as entidades e barrar a resistência dos trabalhadores em meio a conjuntura atual de retirada dos direitos sociais e retrocessos políticos. A operária Marielle Franco assegura isso em sua entrevista, ela afirma “ (...) porque os patrões não querem que os operários passem a contribuição para o sindicato, quer que feche os sindicatos, então vai ter muito obstáculo pela frente, nós vamos ter muita dor de cabeça, viu”.

Esta reforma impõe o fim da obrigatoriedade do imposto sindical que é uma das formas de manutenção dos sindicatos, a partir do artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho que foi alterado e hoje consta com a seguinte redação: “Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria” (Brasil, 2017).

A lei também apresenta a possibilidade de contratação de um profissional autônomo de forma contínua e exclusiva ou contratos de trabalho intermitente. No trabalho intermitente, o trabalhador fica por um longo período à disposição da empresa, mas recebe apenas pelas horas trabalhadas sem contribuições de previdência e FGTS (Brasil, 2017). Ela também amplia a terceirização prevendo que qualquer atividade da empresa, inclusive sua principal atividade possa ser executada por uma empresa terceirizada. Ou seja, esta precariza as condições de trabalho, intensifica a exploração e ataca os direitos conquistados pelos trabalhadores assegurados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A cartilha intitulada “Cartilha

Popular Reforma Trabalhista”, que foi apresentada pelo sindicato para as operárias, alerta sobre esses novos contratos de trabalho. Sobre o trabalho intermitente, ela afirma: “Intermitente é aquilo que tem interrupções. Nele só é contabilizado como trabalho o tempo que o trabalhador executou o serviço sem pausas” (Deputado Estadual Nestor Bezerra, Ibeps & Santos&Ruiz, 2018, p.6). Ou seja, ele não tem nenhuma estabilidade em relação ao vínculo e ganhará apenas pelas horas prestadas.

Em relação a terceirização, a cartilha aponta:

A contratação de trabalhadores por meio de terceirização já era uma realidade no Brasil antes mesmo da Reforma Trabalhista. No entanto, a lei trouxe uma ampliação, prevendo que qualquer atividade da empresa, inclusive sua atividade principal, possa ser executado por uma empresa terceirizada.

O trabalhador sabe qual é a realidade cotidiana dos terceirizados: salários mais baixos, maior jornada de trabalho, mais acidentes, mais insegurança na hora da demissão. De acordo com o “Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos”, os salários dos trabalhadores terceirizados são 25% menor que os dos contratados, e os empregados terceirizados trabalhando 3 horas a mais que os empregados diretos (Deputado Estadual Nestor Bezerra, Ibeps & Santos&Ruiz, 2018, p.7).

O Dossiê citado assegura que a terceirização vem contribuindo para incrementar as taxas de morbidade e de mortalidade por acidente de trabalho, taxas essas que, muitas vezes são omitidas por conta de seus dados negativos, aumentando também a invisibilidade deste problema social e de saúde pública. Este enfatiza que não é fatalidade ou negligência dos trabalhadores, as doenças e as mortes causadas pelo trabalho são evitáveis, pois as empresas

não investem em medidas preventivas, apesar das atividades apresentarem situações de maior vulnerabilidade aos trabalhadores (Cut, 2014).

Em relação ao trabalho autônomo, a cartilha acredita que:

O trabalhador autônomo exerce as suas funções por conta própria e assume os riscos da prestação de serviço sozinho, ele não tem os mesmos direitos do empregado, e também não está protegido pelas disposições da Convenção Coletiva de Trabalho e pelo sindicato da categoria. (...)

O que a lei da reforma acrescentar esse quadro é a facilidade para camuflar essa relação enganosa uma vez que a lei exige apenas formalidades legais e permitir que o empregador exija exclusividade do profissional que ainda assim permanece sendo considerada autônoma. (Deputado Estadual Nestor Bezerra, Ibeps & Santos&Ruiz, 2018, p.8)

E por último, esta acrescenta, mas uma forma de trabalho legalizado pela Reforma Trabalhista:

O teletrabalho é aquele realizado em local distinto do estabelecimento da empresa, que pode ser até mesmo a residência do empregado, em que as ordens do patrão são dadas por meio de algum tipo de tecnologia, seja telefone, ou internet.

A Reforma Trabalhista prevê que as partes pactuaram sobre quem será responsável pela aquisição dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura para a prestação do trabalho remoto, deixando aberta a possibilidade de o trabalhador ter que arcar com tais despesas.

Além disso, esse tipo de trabalho não assegura as condições de saúde e segurança do trabalhador, sequer prevê de que forma serão fiscalizadas tais condições, apenas

determinando que o patrão deverá “instruir os empregados” quanto às doenças e acidentes do trabalho, obrigando a assinatura de “termo de responsabilidade do empregado” comprometendo-se a seguir tais instruções.

Nota-se que essas previsões são insuficientes e que apenas facilitam que a empresa responsabilize exclusivamente o empregado por qualquer acidente ou doença ocupacional adquirida.

Para completar o quadro de precarização, esse trabalho não tem controle de sua jornada, podendo ter que trabalhar 12,16, 20 horas por dia sem ter direito à remuneração das horas extras. (Deputado Estadual Nestor Bezerra, Ibeps & Santos&Ruiz, 2018, p.9)

Ou seja, além de não ter um controle de quanto irá receber ao mês, o trabalhador, será o responsável por qualquer acidente que possa ocorrer durante a execução do seu trabalho, não sendo assegurado nenhum direito de proteção a sua vida. Assim, o trabalho exercido por este sofre com a exploração, atendendo apenas os interesses dos patrões. Então, reforçamos o que Marx expõe:

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente do fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. O trabalho externo, o

trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. [...] Pertence a outro e é a perda de si mesmo (Marx, 1964, p. 162).

A Reforma Trabalhista também determina que as mulheres gestantes ou lactantes podem trabalhar em locais insalubres, o que traz riscos para a sua saúde e se caracteriza como um ataque as mulheres que sofrem ainda com os menores salários e o acúmulo do trabalho reprodutivo. (Deputado Estadual Nestor Bezerra, Ibeps & Santos&Ruiz, 2018). A partir disso, as diretoras do SINDONFE mobilizaram-se contra a Reforma Trabalhista tentando informar a classe acerca dos retrocessos nos direitos trabalhistas, mas também convocando as operárias para as mobilizações e eventos que pensem em estratégias para barrar esta lei. No Panfleto “Assembleia para tirar delegados”, estas enfatizam:

As trabalhadoras e trabalhadores da confecção feminina devem se unir a outras categorias nacionais para preparar a luta contra a Reforma da Previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista. Estas contrarreformas são graves ataques do governo Temer, do congresso corrupto e dos patrões contra os trabalhadores. Algumas categorias estão se preparando para a mobilização nacional dia 14 de setembro.

Junto com a luta contra as reformas, as (os) trabalhadores devem se preparar para o 3º Congresso da Central Sindical CSP- Conlutas, à qual o SINDONFE é filiado. O Congresso ocorrerá de 12 a 15 de outubro. Será um espaço que deverá UNIR todas as categorias e setores disposto a construir a luta contra as reformas. É muito importante que a Confecção Feminina realize assembleia para eleger seus representantes (delegados) a este congresso. A confecção feminina tem direito a 10 delegados. E a

assembleia para eleger as e os delegados será dia 15 de setembro às 18h00 no SINDONFE.

Nas entrevistas, a diretora Margarida Alves se mostra indignada com esta reforma e evidencia as desigualdades entre operárias e patrões.

Mas é só tirando, ele não tira deles. Tira de nós. Quer dizer: nós paga uma dívida que nós não orçamos. Ele faz uma dívida e nos paga. Presta atenção: toda vida que eles fazem uma reforma, eles não tiram direito deles. Eles tiram direitos do salariado. Como essa reforma, outra reforma que tão preparando aí, certo que é pra tirar o direito do trabalhador

No panfleto intitulado “14 de setembro é dia nacional de lutas”, organizado pela Central Sindical e Popular (CSP- Conlutas) e utilizado pela diretoria do SINDCONFE se resume os principais pontos da lei:

Aos trabalhadores do setor privado, patrões, governo Temer e políticos corruptos querem impor dispensas coletivas nas empresas quando lhes convém; redução do horário do intervalo do almoço; a instituição do trabalho intermitente que significa flexibilização da jornada de acordo com interesse da empresa; a liberação do trabalho em local insalubre para gestantes e lactantes caso determine a empresa; a liberação do acompanhamento das rescisões de trabalho pelo sindicato para que possam ser corrigido os erros tão comum dos patrões nas rescisões; autorização do rebaixamento de direitos previstos em lei por meio de acordos individuais e a exigência de assinatura de um termo, quando o trabalhador for demitido, para que não possa recorrer à justiça caso se sinta lesado.

Nas palavras da diretora Olga Benário “A Reforma Trabalhista acabou, não só com os sindicatos, acabou com todo mundo. Parece que é uma coisa boa, mas não é. Depois da reforma, foi MP que já cortou, queria cortar alguns gastos.” Assim, a diretora não só demonstra sua revolta contra esta reforma, como também enfatiza o papel da Medida Provisória (MP) 873/2019 que designou que não vale a autorização do desconto da contribuição sindical por aprovação em assembleia, pois esta deve ser individual e expressa. A medida também inclui que a contribuição sindical deve ser paga por boleto bancário, não mais por desconto salarial. Esta medida imposta já no Governo de Bolsonaro perdeu sua validade no dia 28 de junho de 2019, pois comissão mista que analisaria o texto foi instalada somente em maio e não se reuniu para eleger o presidente e definir o relator, o que a impediu de chegar aos Plenários da Câmara e do Senado.¹⁵

Dentre as mobilizações do sindicato também houve as que lutavam pelas seguintes pautas: Reajuste salarial de 6%; Aumento do vale- alimentação de 8,50 reais para 12 reais; Desconto do vale- transporte de 4%; Manutenção da liberação sindical e Entrada do sindicato no horário do almoço. As informações foram retiradas do “Resistência - Jornal da Confeção Feminina” que também denuncia as irregularidades em empresas e faz uma reflexão acerca da conjuntura. Nesse material consta também algumas tabelas com valores do salário-família e das horas extras. Segue abaixo as informações de responsabilidade do SINDCONFE:

¹⁵ MP que impede desconto de contribuição sindical em folha perde validade. Recuperado em 24 de janeiro de 2020 <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/28/mp-que-impede-desconto-de-contribuicao-sindical-em-folha-perde-validade>>

TABELA DE HORA EXTRA COSTUREIRA	
4,63 é o valor de uma hora normal de trabalho de segunda a sábado.	Quando for hora extra de segunda a sábado, tem acréscimo de 50% em cima de 4,63 que é de 2,31. Logo a hora extra é de $4,63 + 2,31 = 6,94$

TABELA DE HORA EXTRA AUXILIARES	
4,38 é o valor de uma hora normal de trabalho de segunda a sábado.	Quando for hora extra de segunda a sábado, tem acréscimo de 50% em cima de 4,38 que é de 2,19. Logo a hora extra é de $4,38 + 2,19 = 6,57$

CONFIRA A TABELA DO SALÁRIO - FAMÍLIA 2018	
Faixas	Valor pago
Até R\$ 877,67	R\$ 45,00
Superior a R\$ 877,67 e até R\$ 1.319,18	R\$ 31,71

Ao ser perguntada como ela achava que as mobilizações do sindicato podem contribuir para melhorar as condições de trabalho das mulheres da categoria, a diretora Margarida Alves afirma:

Eu acho que um salário digno né? Você entra 7:30 hs da manhã sai 17hs da tarde, você convive mais no trabalho do que na sua casa, né? Sua família fica, filho, você não convive muito bem com eles. Eu queria assim um horário mais melhorzinho, né? Das 7:30hs até as 16hs. Até que era uma boa ideia. E que a gente tivesse mais um direitozinho. Porque nós não temos direito, quer dizer, um direito conquistado já nosso eles querem tirar.

A partir das informações trazidas torna-se nítido que a jornada de trabalho das costureiras é exaustiva, com uma remuneração baixa e uma intensa exploração. Dessa forma, o

trabalho não é visto como algo que desenvolve a potencialidades do indivíduo, mas sim, como uma condição que torna possível a existência do sistema capitalista, uma vez que, o trabalhador não tem suas necessidades vitais realizadas. Assim, concordamos com Marx (1964):

(...) quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza. (p. 161)

Assim, no capitalismo, o sujeito e objeto estão invertidos. A dominação na qual, se é sujeitado, é determinada pelas próprias produções, exercendo o poder sobre a existência de cada um. O sujeito humano cria um objeto, mas não se reconhece no que produziu, sendo algo alheio a ele, o que permite que ocorra o processo alienação do trabalho (Eagleton, 1999).

Por isso, enfatizamos a importância da organização sindical para o enfrentamento desta realidade. Como a diretora Nísia Floresta enfatiza “Muitos patrões não querem, agora nós sindicalistas, nós somos com certeza e “tamo” pro que der e vier. Se correr, o bicho pega. Se ficar, o bicho come, então, tem que ter coragem mesmo pra enfrentar”. Ela também expõe que “Sou aposentada, tô no sindicato porque me aposentei pela categoria. Mas eu não ganho nada do sindicato, a não ser almoço e passagem, somente. Então eu tô aqui por amor”. Assim, acreditamos que a partir do seu relato, ela reafirma a necessidade da organização para barrar os retrocessos impostos pelos patrões.

A diretora Marielle Franco aborda em sua entrevista as dificuldades encontradas por ela, especialmente em seu local de trabalho, para exercer seu cargo na diretoria. Ela conta:

É um obstáculo bem grande, porque o patrão, minha filha, ele bota em cima da gente é com gosto mesmo, e a responsabilidade é tanta pra gente. E ele não gosta, meu patrão ele não gosta de mim. Tudo que ele vai resolver lá com os outros trabalhadores, ele pede pra ninguém falar comigo, sabe? (...)Porque eu já me meti muito, assim, tinha gente lá que “tava” de férias, com quinze dias de férias, e não recebia as férias, aí vieram me dizer. Eu “tava” até liberada aqui pro sindicato. Aí um dia eu fui, cheguei lá e a menina me falou. Aí eu fui falar com ele e ele perguntou por que eu “tava” me metendo, se ela nem “tava” reclamando. Eu disse “ela “tá” sim! É porque ela tem medo de vir reclamar pra você, mas eu não tenho não. Ela veio dizer pra mim e eu vim aqui reclamar. Porque é obrigação tua pagar antes da pessoa ficar de férias. Não em quinze dias de férias. E você ainda não pagou não”.

Dessa forma, o SINDCONFÉ interfere na realidade concreta de sua categoria e tenta atender as pautas imediatas desta. Não à toa, os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários de lutar contra as ordens impostas pela sociedade do capital. Essa atividade não só é legítima e necessária, pois enquanto durar o sistema atual não se pode renunciar a ela. (Aguena, 2008)

Outra reforma denunciada em suas mobilizações foi a Reforma da Previdência, promulgada no dia 12 de novembro de 2019, prevê uma idade mínima de aposentadoria e um tempo mínimo de contribuição. Sobre o assunto a diretora Olga Benário afirma “Agora, a previdência, que diz que é previdência, mas de nada tem previdência. Daqui a pouco, o trabalhador vai se ver obrigado a não assinar mais a carteira, não vai ter o que fazer”.

Dentre as alterações estabelecidas por esta reforma, estão o tempo mínimo de contribuição que será de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens, mas para quem já está no mercado de trabalho, o tempo mínimo de contribuição será de 15 anos para homens e de 15

anos para mulheres. Os servidores terão o tempo de contribuição mínimo de 25 anos, com 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que for concedida a aposentadoria, segundo essa nova legislação. Professores do ensino básico, policiais federais, legislativos e agentes penitenciários e educativos possuem regras diferenciadas para poderem se aposentar. Ao atingir o tempo mínimo de contribuição, 20 anos, se for homem e 15 anos, se for mulher, ao ingressarem no mercado de trabalho depois de aprovada a reforma, os trabalhadores do regime geral terão direito a 60% do valor do benefício integral, com o percentual subindo 2 pontos para cada ano a mais de contribuição. Assim, para ter direito a 100% da média dos salários, as mulheres terão que contribuir por 35 anos e o homem, por 40 anos. Em relação aos servidores, o benefício mínimo será de 60% com 20 anos de contribuição, tanto para homens quanto para mulheres, subindo também 2 pontos percentuais para cada ano a mais de contribuição. Vale ressaltar que a regra valerá apenas para quem ingressou após 2003.¹⁶

As diretoras do SINDCONFÉ acreditam que esta reforma é prejudicial aos trabalhadores manifestando isso, no panfleto intitulado “Mulheres contra Bolsonaro”, em que enfatizam ser contra essa medida e demonstram sua insatisfação diante do atual presidente defendê-la.

Além de defender o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, Bolsonaro propõe o chamado modelo de capitalização. Esse regime, na prática, é a privatização da previdência, que deixa de ser social e pública, para ser feita por fundos de pensão privados. Como no plano de saúde, o trabalhador contribui individualmente. O governo não contribui, nem as empresas

¹⁶ Saiba o que muda com a reforma da Previdência. Recuperado no dia 24 de janeiro de 2020 em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/12/saiba-o-que-muda-com-a-reforma-da-previdencia.ghtml>>

No governo Bolsonaro caracteriza-se, até o presente momento, pela aprovação da Reforma da Previdência, aumento das privatizações¹⁷, a taxa de desemprego praticamente estável contando com mais de 12 milhões de desempregado¹⁸, intenso desmatamento da Amazônia¹⁹ e retrocessos em torno dos direitos humanos.²⁰

Mascaro (2019) confirma que o caminho para a governança do capital é a mesma: Valorização dos ditos mercados e dos interesses financeiros e rentistas; Privatizações; Rebaixamento das condições das empresas estatais; Danos na soberania econômica e; Desprestígio aos instrumentos de controle social, trabalhista e ambiental. Dentro da geopolítica, o governo adota uma postura de submissão aos Estados Unidos, e aos dispositivos de disputa ideológica também são os mesmos, ainda que polarizados.

Para Lowy (2015), o sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares, sendo assim o Governo Bolsonaro também uma expressão disso.

A diretora Dandara dos Palmares sintetiza em sua entrevista a realidade da classe trabalhadora nessa conjuntura:

Bom, no momento que a gente “tá” vivendo, como a gente sempre discute nas reuniões, a gente não “tá” num momento de ofensiva e sim, de defensiva, né? Então nas nossas conversas a gente coloca muito tema da opressão, da exploração, direito da mãe de ter

¹⁷ Seis meses de Bolsonaro: crescimento pífio, privatizações, desemprego e retrocesso. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/08/seis-meses-de-bolsonaro-crescimento-pifio-privatizacoes-desemprego-e-retrocesso/>

¹⁸ Com taxa de desemprego estável, mercado de trabalho precário bate recordes. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/31/com-taxa-de-desemprego-estavel-mercado-de-trabalho-se-firma-na-preciedade/>

¹⁹ Desmatamento na Amazônia cresce quase 30% entre agosto de 2018 e julho de 2019, diz Inpe. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/18/desmatamento-na-amazonia-cresce-entre-agosto-de-2018-e-julho-de-2019-diz-inpe.ghtml>

²⁰ Bolsonaro exclui LGBT de diretrizes de Direitos Humanos. Recuperado em 04 de fevereiro de 2020, <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-exclui-LGBT-de-diretrizes-de-direitos-humanos1>

uma creche pros filhos, ou um auxílio creche e a manutenção da jornada de 44 horas. Isso que a gente vem sempre colocando, isso não é de agora, isso é de muito tempo. E com essa situação que os trabalhadores estão vivendo, agora que a gente tem que bater mais forte nessa situação.

Então, torna-se nítido que não basta apenas se limitar a luta econômica, mas a luta política contra a opressão e a exploração que o sistema capitalista gera, tornando-se fundamental buscar saídas para barrar a ofensiva conservadora que vem avançando na vida da classe trabalhadora.

4.2. A luta feminista como impulsionadora da organização sindical

Nas entrevistas com as diretoras, elas enfatizaram a importância de entrar no movimento sindical para melhorar a vida das mulheres que trabalham nas Indústrias de Confeção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza. As mulheres inseridas no movimento sindical se encontram na linha de frente a resistência ao regime autoritário, buscando romper com o lugar em que foram, historicamente, colocadas que é o espaço privado. Elas buscam a inserção nos espaços públicos para a transformação da sua realidade e de outras mulheres. A diretora Margarida Alves afirma:

Aí eu entrei no sindicato. Então, no começo eu não entendia muito bem, mas do meio pro fim, eu fui gostando, assim, porque lutar pelos meus direitos, defender as companheiras no local de trabalho, corrigir os erros da empresa, entendeu? Que tu sabe que o patrão ele faz de tudo pra prejudicar o trabalhador, né? Então, se você não tiver por dentro, ele sempre passa a perna em você. Então, você sabendo se defender e defender sua companheira, tudo vai mais... tudo melhora, né? Eu achei que já melhorou foi muito depois que eu entrei no sindicato. Sempre que tem qualquer uma, qualquer coisa, as meninas falam comigo.

Quando perguntada sobre o porquê se organizou no sindicato, ela responde:

Foi isso, de eu entrar e ver mesmo que se você é uma diretora sindical, né? Você tem que, você entrou pra defender as companheiras que “tá” na base. Assim, eu “tô” lá também, mas eu “tô” vendo tudo que acontece. Então, a partir do momento que você entra, né? No sindicato, aí você “tá” na base, todo mundo o que quer vai falar com você. Aí você vai ser o quê? A cabeça deles, né? Uma líder, né? A líder deles. E você vai tentar resolver o problema. Então, eu acho muito bom, porque quando você não sabe que você começa a entender você quer ficar, porque é muito bom, você saber se defender e defender suas companheiras.

A diretora Nísia Floresta também é enfática ao responder a mesma pergunta, em que conta que entrou no sindicato para “Proteger as trabalhadoras”. Souza- Lobo (2011) acredita que a constituição do movimento, em que mulheres reivindicam melhorias, está ligada às necessidades de superar as desigualdades sociais agudizadas pela intensificação da migração, da urbanização desenfreada e da omissão do Estado. A diretora Iara Iavelberg, diferente das outras entrevistadas, conta que sua entrada no sindicato ocorreu para assegurar seu emprego.

Porque logo no início que eu entrei, me senti assim ameaçada de sair no emprego, porque eu sofri algumas coisas lá, eu tinha medo de sair do emprego, aí as meninas perguntaram se eu queria entrar no sindicato pra garantir meu emprego. Mas só que pros dois lados: um pra aprender alguma coisa e outra pra segurar mais o emprego.

Assim, o sindicato precisa investir na formação de suas diretoras para que estas sejam firmes em torno do sindicato como um instrumento que permite o avanço da luta econômica para a luta política. Apesar das motivações expostas, as diretoras também apresentam as dificuldades para mobilizar as mulheres. A diretora Marielle Franco pontua:

Elas têm medo porque a maioria é dona... é mulher, é mãe e pai, só tem aquele emprego, e tem medo, e se sujeita a tudo. E isso aí é que a gente vê que a gente tem que fazer alguma coisa por essas pessoas, né? Pelas companheiras.

Nísia Floresta também reafirma o mesmo, ela acredita que isso impede a categoria ter mais atividades de enftetamento na conjuntura atual, ela expõe: “(...) na classe das costureiras, nós não fazemos mobilizações, porque a maioria é homem e mulher da casa. O desemprego “tá” grande aí, muitos tem medo de ficar desempregado e não faz mobilização nenhuma.”

A diretora Dandara dos Palmares também aborda essa questão em sua entrevista quando perguntada acerca da participação das mulheres no movimento sindical e afirma que os maridos também limitam a participação destas.

Mas é aquilo que eu te falei, pela situação: somos mulheres, donas de casa, jornada muito extensa e muitas vezes as mulheres casadas, os maridos não querem que elas se envolvam. Acho que eu me envolvi porque quando eu comecei a me envolver com o sindicato eu já não era mais casada, porque eu também era casada com um machista, mas pra mim machista tem que colocar debaixo do pé.

As autoras Cisne e Santos (2018) supõem que a família é um espaço de exploração, apesar de não ser o único, a mulher é responsabilizada pelos cuidados com as crianças e os outros membros da família, além da “obrigação sexual” e da cobrança pelo “equilíbrio emocional” dos membros da família. Dessa forma, é atribuído a elas, a responsabilidade pela reprodução. A partir dos relatos expostos também torna-se necessário enfatizar o controle da participação destas nos espaços por parte dos maridos, sendo uma expressão desse sistema capitalista- patriarcal- racista.

As mulheres também ao se organizar, enfrentam o assédio moral por parte dos patrões como podemos ver no relato da diretora Olga Benário:

Na primeira vez, no mandato como diretora, eu passei três meses aqui, 90 dias, e retornei pra empresa. Trabalhei um dia, normal. No outro dia fui chamada pra conversar. Nessa conversa “tava” o meu aviso, meu aviso indenizado, que eles não precisariam mais dos meus serviços. Eu conversei, disse que não podia ser demitida porque tinha estabilidade,

sei que resumindo: ele disse que eu só sairia daquela sala se eu assinasse meu aviso. Fiquei tão nervosa, tão nervosa, nunca tinha passado por aquela situação que acabei assinando. Aí cheguei aqui no sindicato (...) e fomos pros advogados. O advogado conversou, foi, até que dez dias depois ele pediu minha carteira e a minha presidente ligou pra lá e disse que não podia me botar pra fora. Disse onde “tava” na CLT e disse que “tava” na Constituição Federal que não podia me botar pra fora, porque eu era uma dirigente sindical. Resumindo: eles me readmitiram, meus dias que eu não “tava” lá foram abonados e voltei minha função.

A diretora acredita que, além do assédio que elas enfrentam em seu cotidiano, as mesmas sofrem com o machismo no ambiente sindical. Nas palavras dela “(...) tem o preconceito por você ser mulher. Eles veem você muito frágil, que não tem coragem de lutar, não tem coragem de correr atrás dos seus direitos”. Ela ressalta que as mulheres precisam ocupar o movimento sindical “Precisaria ser mais, é muito pouco mulher. A gente precisaria se reunir mais. Mas dá pra entender, porque é complicada a nossa vida. Mas a gente precisaria ser mais”. Assim, como Souza- Lobo (2011) já expressava a divisão social entre os sexos está na base da opressão da mulher na sociedade e na família, assim para compreendê-la é necessário analisar o cotidiano delas nas fábricas e em seus lares para que se possa discutir a autonomia destas nas práticas sociais dos homens e das mulheres dentro da classe operária e integrando as reivindicações destas nas lutas do movimento operário.

4.3. Uma profissão de mulheres negras

No Brasil cerca de 53% da população se autodeclara preta ou parda segundo a pesquisa realizada pelo IBGE em 2015, intitulada: Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira, ou seja, a maioria da população brasileira é negra. A pesquisa em foco, afirmou que houve um aumento do número de negros entre os brasileiros

mais ricos, de 11,4% para 17,8% na última década. Apesar disso, entre os mais pobres, três em cada quatro são pessoas negras sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras.

O último Atlas da Violência organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) constatou que 75,5% das vítimas de homicídio em 2017 eram negras. Em uma década, entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 33,1% enquanto a taxa de homicídios de pessoas não negras cresceu 3,3%. Vale ressaltar que 66% de todas as mulheres assassinadas no país são negras.

A partir disso, apontamos que ao lado das relações sociais de sexo e classe, a raça é uma das categorias que contribui para a diferenciação e localização das pessoas na sociedade. Santos, Gomes, Munoz e Maia (2015) conceituam que o racismo é a ideia segundo a qual existem raças puras, umas superiores a outras, com características genéticas transmitidas hereditariamente, as quais determinam e são reconhecidas através da cor da pele, traços de inteligência e caráter e manifestações culturais. Dessa maneira, pode-se assistir de forma materializada no cotidiano das operárias o peso do racismo. A diretora Margarida Alves nos conta:

Eu já passei uma vez nessa empresa. Assim, que eu entrei tinha uma menina, era tipo gerente lá dentro, que ficava lá no RH. Eu fui fazer uma pergunta pra ela, aí eu não entendi direito, eu só sei que o ela falou pra mim, eu nunca esqueci, ela disse “ah, é negra”. Mas eu não fui questionar com ela, eu falei com meu patrão. Mas ele foi lá falar com ela. Porque a pessoa negra, ela é muito discriminada, mas você também não deixa a pessoa lhe pisar.

Para Santos (2009), ser mulher e negra no Brasil significa estar inserida num ciclo de marginalização e discriminação social resultante de todo um contexto histórico, que necessita ser analisado na busca de soluções para antigos estigmas e dogmas. A abolição da escravatura sem planejamento e a sociedade de base patriarcal e machista, resultam na situação atual, em que as mulheres afro-descendentes são alvo de duplo preconceito, o racial e o de gênero. A

operária Margarida Alves também ressalta a importância da participação das mulheres no movimento sindical para a luta contra as desigualdades geradas pela sociedade do capital, como também na luta contra o racismo.

Eu gosto desse movimento, de brigar pelo direito da trabalhadora, principalmente pelo meu. Por um salário melhor, brigar por racismo, uma coisa pra acabar. Pra que nós todos tenha direitos iguais. Nosso trabalho, nosso salário é menor que o salário do homem, agora eu não sei porquê.

A diretora Dandara dos Palmares aponta as saídas para enfrentar a sociedade do capital, que além da luta pelas pautas imediatas, é necessário lutar contra a exploração e opressão e avançar para a luta política.

Mas nós temos que bater forte é na exploração, na discriminação né? contra a classe trabalhadora não só das mulheres, mas de toda a classe trabalhadora. E a mulher é a mais vulnerável a tudo isso, né. Mulher pobre, mulher negra, de periferia. Tanto que nós somos colocadas nos piores lugares pra trabalhar, com um salário bem menor que os homens fazendo o mesmo trabalho. Então é essa a nossa batalha pra que todo mundo seja igual. Sempre que precisar e que for em defesa da categoria estou aqui a disposição.

As marcas da escravidão resistem até hoje na vida das mulheres negras da classe trabalhadora. Com efeito, a opressão sexista repercute na realidade e na complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual (Davis, 2017). Dessa maneira, reafirmamos com Hooks (2015, p. 208) que “é essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra hegemonia”. Nesse sentido, assinala-se que a construção de uma contra hegemonia deve se presentificar também na ação e na

formulação de teorias antirracistas, uma vez que, só a objetivação de uma práxis antirracista, feminista e classista é capaz de contribuir para a emancipação das mulheres negras.

Conclusões

Entende-se que o capitalismo em conjunto com o patriarcado e o racismo são responsáveis pelo aprofundamento da exploração e da opressão a classe trabalhadora. Essa classe trabalhadora não é homogênea, tendo em sua maioria mulheres e negros (as), nos quais, historicamente, carregam os resquícios que a escravidão e o nascimento da propriedade privada deixaram na vida desses sujeitos.

A ideologia dominante é responsável pela a naturalização das situações de dominação na vida dos oprimidos. Assim, a dominação aliada a opressão e a exploração são responsáveis por transformar as diferenças em desigualdades e o capital se aproveita disso para estabelecer vínculos de trabalho ainda mais frágeis para as mulheres da classe trabalhadora, especialmente em períodos de crise do sistema do capitalista.

Nessa conjuntura de avanço do conservadorismo e de ataques cada vez mais brutais do neoliberalismo, as respostas dadas aos trabalhadores são contrarreformas que desmontam os direitos sociais e exploram ainda mais sua força de trabalho como a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

Dessa forma, o movimento sindical brasileiro cumpre um papel fundamental para barrar as ofensivas do capital e organizar a indignação da classe trabalhadora contra estas, como foi na época do “Novo Sindicalismo”. Além de travar as lutas por pautas imediatas, deve-se contribuir no avanço da consciência da classe trabalhadora, que se dê pautado em sua emancipação.

Acredita-se que as reivindicações das mulheres também são reivindicações da classe trabalhadora visto que o machismo contribui para dividi-la sendo expressões disso: a violência contra a mulher, a responsabilização pelo trabalho reprodutivo e a precarização ainda mais intensa da força de trabalho.

Dessa forma, o SINDCONFÉ cumpre um papel fundamental na organização das mulheres que trabalham nas Indústrias de Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza e no enfrentamento dessa conjuntura adversa que vem golpeando os trabalhadores e as trabalhadoras.

Ademais, acrescenta-se que a entidade vem mobilizando sua categoria e aproximando mulheres para atuarem no movimento sindical seja por conta de pautas relacionadas as condições de trabalho, mas também reivindicações sobre as condições de vida das mulheres. Assim, esta entidade tem na luta contra esse sistema capitalista-racista-patriarcal sua principal batalha, o que vai além da transformação das condições materiais das mulheres, mas uma construção de uma sociedade livre da exploração e da opressão.

Vale ressaltar que o Brasil possui uma dívida histórica com a população negra necessitando romper com as bases escravagistas que marcam até hoje o cotidiano da população negra. As mulheres negras que são o principal alvo desse sistema têm suas vidas violentadas e destruídas por ele. Dessa forma, em uma categoria que possui o rosto de muitas mulheres negras, a luta antirracista deve ocupar um papel central nas mobilizações do SINDCONFÉ.

Assim, afirmamos a necessidade de as mulheres ocupar a política, principalmente as mulheres negras que são interrompidas quando tentam transformar os espaços públicos que, historicamente, são ocupados pelos homens, como foi o caso de Marielle Franco que até hoje não se tem resposta de quem mandou matá-la. Diante disso, também reforçamos a necessidade das mulheres que ocupem esses espaços sejam da classe trabalhadora, a responsável pela

geração das riquezas desse país, tomando para si a tarefa de trazer outras mulheres para a construção de um mundo sem machismo, sem racismo e sem desigualdades.

Ressalta-se também a atualidade da teoria marxista para a leitura desta realidade, sendo cada dia mais atual as elaborações de Marx, Engels, Luxemburgo, Zetkin, Lenin, Trotski e Gramsci nos fios que costurarão a nova sociedade.

REFERÊNCIAS

Aguena, P. (2008) *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann.

Almeida, S. (2018) Neoconservadorismo e neoliberalismo. In: Solano, E. (Org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 27-32) São Paulo: Boitempo.

Alves, Giovanni. (2000) Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociol. Polit.* [online], 15, pp.111-124. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000200008>.

Alves, Z. & Silva, M. (1995) *Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta*. FFCLRP, USP.

Amaral, M. (2016) Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: Singer, A. et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. 1991. O novo sindicalismo. São Paulo : Brasil Urgente.

_____. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2011) *Do novo sindicalismo ao sindicalismo negocial de Estado*. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, 268.

_____. (2011) *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.

- _____. & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, 25(87), 335-351.
- _____. & Santana, Marco Aurélio. (2014) Dilemas do “novo sindicalismo” no Brasil: ruptura e conservação. *Califórnia, Latin American Perspectives*, 5(41).
- _____. & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc*, 123, pp. 407-427.
- Arcary, Valério. (2011) *Um reformismo quase sem reformas*. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Editora Sundermann.
- Bambirra, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- Bastide, R. & Fernandes, F.(1995). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.
- Bertolin, P.; Kamada, F. (2012) Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. *Caderno Espaço Feminista*, 25(1).
- Boito Jr, A. 1994. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. *São Paulo em perspectiva*, 8(3), pp. 23-28, jul.-set.
- _____. (2016) Os atores e o enredo da crise política. In: Singer, A. et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- _____. & Marcelino, Paula.(2010) O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cad. CRH [online]*, 23(59), pp. 323-338
- Boulos, G. & Guimarães, V. (2016). Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: Singer, A. et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, R. A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. (2016). O fim do lulismo In: Singer, A. et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, S; Jimenez, S; Rabelo, J; Gonçalves, R & Segundo, M.(2014) Alienação da sexualidade, emancipação feminina e emancipação humana. *Emancipação, Ponta Grossa*,14(1), pp.73-85. Recuperado em: 26 de abril, 2016, <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/5667/4444>.

Brasil. (2017) *Lei Nº 13.467*, de 13 de julho de 2017. Recuperado em: 25 de janeiro de 2020, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm

Bukharin. N.(1970) *A teoria do materialismo histórico – manual popular de sociologia marxista*, Rio de Janeiro: Editora Laemmert.

Calil,G. (2016)O massacre do Paraná: A ofensiva ultraliberal do governo Beto Richa contra os trabalhadores. Demier, F.& Hoeveler, R. (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X.

Carneiro, Sueli. (2003) "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora.

Cisne, M. (2012) *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões.

_____. (2014) *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.

_____.& Santos, S.M.M. (2018) *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez

Coggiola, O. & Katz, C. (1996). *Neoliberalismo ou crise do capital?* 2ª ed. São Paulo: Xamã.

Cut.(2014) *Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da Terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos*. São Paulo. Recuperado em: 25 de janeiro de 2020, <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>

Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2017) *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo.

- Devreux, A.(2005). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*. Brasília, 20(3).
- Demier, F.(2017) *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Dias, Edmundo F & Bosi, Antonio de Pádua. (2005) Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. *Revista Outubro*, São Paulo, 12, pp. 45-69.
- Engels, F. (1986). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora.
- _____. (2012) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3ª.ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Euzebios Filho, Antonio e Guzzo, Raquel Souza Lobo. (2015) Psicologia e consciência de classe "para-si": ações e desafios na direção da mudança social. *Rev. psicol. polít. [online]*.15(33), pp. 255-268.
- Farias, P. (2013). *Dos canteiros de obra ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza).
- Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional.
- Ferreira, V.(2007). Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos. *Cadernos de Crítica Feminista*, pp. 74-82.
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Schimidt.
- Galvão, Andréia. (2002) A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. *Ideias*, Campinas, 9(1).

- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves. R. & Jimenez, S.(2013). Relações antagônicas entre sentido e significado do trabalho no capital: uma análise na perspectiva ontológica. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), pp. 685-694.
- Guillaumin, C.(1992) *Sexe, race et pratique du pouvoir: l'idée de nature*. Paris: Côté-femmes.
- Guimaraes, A. (2003) *Como trabalhar com "raça" em sociologia*. Educ. Pesqui. 29,pp. 93-107.
- Holanda, M. (2005). *Alienação e Ser Social: determinações objetivas e subjetivas*.(Tese de Doutorado , Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
- Hooks, B. (1995). Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, 2, pp. 464-478.
- Iasi, M. (2002). *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo:Viramundo.
- _____. (2007). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017) *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça 20 anos*. Brasília: IPEA.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência*. São Paulo. Recuperado em 23 de setembro de 2019 de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf
- Kergoat, D.(2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.

Kosik, K. (1976). *Dialética do Concreto*, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra.

Kuenzer, A.(1998). Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: Frigotto, G. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. RJ: Vozes.

Lacerda, F, Jr.(2013) Capitalismo dependente e psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 3, pp. 216-263.

Lenin, V. (1978) *Que fazer (?)*, Lisboa: Editorial Avante.

_____. (1979) A mulher hoje. In: Lenin, v; Marx, k; Engels, F. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global.

_____. (1979) *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Livramento.

_____. (1982) Uma grande iniciativa. In: *Obras escolhidas*, tomo 3, Lisboa: Avante.

Leone, Eugenia Troncoso; Teixeira, Marilane Oliveira.(2010) As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. In: *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu - MG*, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_8/abep2010_2200.pdf. Acesso em 19.01.2020.

Lessa, S. (1997) *A ontologia de Lukács*. 2.ed. Maceió: EDUFAL.

Lowy, M.(2016) Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: Singer, André et al. *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Lukács, G. (1981) *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, Roma: Ed. Riuniti.

_____.(2012) *História e consciência de classe – estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.

Luxemburgo, R.(1979) *Greve de massas, partido e sindicato*. São Paulo: Kairós.

Marcassa, L. (2006). A origem da família, da propriedade privada e do Estado: Friedrich Engels. *Revista de Educação da Anhanguera Educacional*,9(9), pp. 85-90.

Marini, Ruy Mauro.(2012) *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.

Marx, K. (1964) *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70.

_____. (1992) *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Moraes.

_____. (1998) *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R.Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural.

_____. (2000) *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Tradução Néelson Jahr Garcia. Versão para eBook.

_____. (2001). *Miséria da Filosofia*. São Paulo; Centauro.

_____. (2002) *Salário, preço e lucro*. 4 a .ed. São Paulo:Centauro.

_____ & Engels, F.(1993) *A ideologia alemã*. 9ª. ed. São Paulo: Hucitec.

_____ & Engels, F.(2010) *Manifesto comunista*. 4ª.ed. São Paulo: Boitempo.

Mascaro, A. (2015) A crítica do Estado e do direito: a forma política e forma jurídica. In: Netto,P.(Org.). *Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo.

Mbembe,A. (2014) *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.

Mészáros, I.(2008) *Filosofia, ideologia e ciência social*, São Paulo: Boitempo.

Netto, J.(1991).*Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez.

_____. (2011).*Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

Nogueira, Claudia Mazzei. (2010) As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Revista Aurora*, 3(2).

Noronha, E. (1991). A explosão das greves na década de 80. In : Boito , A. O. Jr .*Sindicalismo brasileiro nos anos 90*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Paulini, L.M.(2016).Uma ponte para o abismo. In: Singer, André et al. *Por que gritamos golpe? : Para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Pierson, D. (1971). *Branços e pretos na Bahia (estudo de contacto racial)*. São Paulo: Editora Nacional.

Prado Júnior, C. (1990). *História econômica do Brasil*. 38ª.ed. São Paulo: Brasiliense.

RESOLUÇÕES DO 8º CONCURTO, Caderno de.2003. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/121> > Acesso em: 19.01.2020

RESOLUÇÕES DO 11º CONCURTO, Caderno de.2012. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/124> > Acesso em: 19.01.2020

RESOLUÇÕES DO 12º CONCURTO, Caderno de.2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/GPME/Downloads/resolucoes-do-12-concut%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/GPME/Downloads/resolucoes-do-12-concut%20(1).pdf) > Acesso em: 19.01.2020

Ribeiro, S. (2018) Feminismo: um caminho longo à frente. In: Solano, E. (Org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. (pp. 27-32).São Paulo: Boitempo.

- Rocha, C. (2018) O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: Solano, E. (Org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 27-32) São Paulo: Boitempo
- Rocha, N.(2018) *A práxis político-educativa do sindicato dos trabalhadores da indústria da construção civil durante o governo Lula (2003-2010)* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza).
- Rodrigues, C. S & Prado, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicol. Soc. [online]*. 210, 22, (3), pp.445-456.
- Saffioti, H. (2013) *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular. 3^a.ed., 528 p.
- _____. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular.
- Santana, Marco.(2001) *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unirio /Boitempo, Rio de Janeiro/São Paulo.
- Santos, W. C. S. A. (2009). *A mulher negra brasileira*. Revista África e Africanidades. 5.
- Santos, A. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais, pp. 166-175
- Scott, J. (1991). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo.
- Singer, André. (2012) *Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sloan, T.(2009). Globalização, pobreza e justiça Social: Papéis para os psicólogos. In: Guzzo, R; Lacerda Jr, F. (Orgs.). *Psicologia social para a América Latina*. Campinas, SP: Alínea.

Souza-Lobo, E. (1991) O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 17. Recuperado em 04 de janeiro de 2020: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220341/mod_resource/content/1/SOUZA-LOBO%20Elizabeth.%20O%20g%C3%AAnero%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o.%20%281%29.pdf.

_____. (2011). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Stegle, T.(2013). *Costureiras em movimento: organização de base, oposição sindical e a greve na Fábrica Guararapes (1987-1989)*.(Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza).

Tonet, I. (2007). *Educação contra o capital*. Maceió: UFAL.

Trotsky, L. (1940) *Os sindicatos na época da decadência imperialista*. Recuperado em 20 de abril de 2019, <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>>.

_____. (1978). *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós.

Zetkin,C.(2015). *Discurso ao congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha*. Clara Zetkin: Escritos Selecionados. EUA: Consortium book sales.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perguntas Iniciais:

Idade:

Raça/Cor:

Estado Civil:

Número de Filhos:

Casa : () Alugada () Própria

Tempo na Profissão:

Tipo de Regime Trabalhista:

1. Como você conheceu o sindicato?
2. Você já participou de alguma atividade do SINDCONFÉ?
3. Houve alguma atividade/mobilização que chamou sua atenção? Se sim, qual era a temática?
4. Quais as pautas da categoria que o sindicato vem trabalhando nesse último período?
5. Existe alguma pauta de mobilização que você acha necessário uma atuação maior do sindicato? Se sim, como você acha que o sindicato pode resolvê-la?
6. Como você acha que as mobilizações do sindicato podem contribuir para melhorar as condições de trabalho das mulheres da categoria?
7. Você já passou por alguma situação de assédio sexual ou moral?
8. Você buscou o sindicato para resolver essa questão? Se sim, qual foi a resposta dele?
9. Quais os desafios que você acha que o sindicato vai enfrentar no próximo período?

10. Você tem alguma sugestão de atividade ou mobilização que o sindicato possa fazer para melhorar as condições de trabalho das mulheres da categoria.

APÊNDICE B



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI/UFRN

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: “O sindicato e a organização política das trabalhadoras do Sindicato da Confecção Feminina e Indústria Têxtil”, que tem como pesquisadora responsável Ana Kelly Adriano Viana sob orientação da Profa. Dra. Isabel Maria Farias de Oliveira Fernandes.

Esta pesquisa pretende analisar a organização política das mulheres do Sindicato da Confecção Feminina e Indústria Têxtil de Fortaleza.

O motivo que nos leva a fazer esta pesquisa é a necessidade de estudar os sindicatos nessa conjuntura resgatando o papel destes como instrumentos de atividade de formação e emancipação humana, principalmente para as mulheres.

Caso decida participar, você passará por uma entrevista semiestruturada e individual, com objetivo de responder informações sobre as ações do sindicato, a sua participação nestas e os desafios encontrados em sua categoria de trabalho. Neste instrumento será necessário gravação de voz, caso você autorize. O tempo para a realização desta entrevista é de aproximadamente 50 a 90 minutos.

Durante a realização das entrevistas as participantes serão questionadas a respeito da sua aproximação com o sindicato, trajetória política e pautas emergentes nas mobilizações das

trabalhadoras da Confecção Feminina e Indústria Têxtil. Nesse processo, a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante àquele sentido num exame físico ou psicológico de rotina. Pode acontecer um desconforto ao responder as perguntas da entrevista que será minimizado a partir do entendimento de que os participantes serão assegurados sobre o seu direito de se recusar a responder as perguntas que lhe causem constrangimento de qualquer natureza, podendo, inclusive, interromper a sua participação a qualquer momento.

Como benefícios da pesquisa você terá a disponibilidade de escuta oferecida pela pesquisadora e possíveis mudanças qualitativas decorrentes da reflexão sobre o temática.

Em caso de algum problema que você possa ter, relacionado com a pesquisa, você terá direito a assistência gratuita que será prestada pela pesquisadora. A pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, encaminhará o participante a um serviço de atendimento psicológico gratuito.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para a pesquisadora responsável: Ana Kelly Adriano Viana, no telefone (84)99819741.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Alguns gastos pela sua participação nessa pesquisa, eles serão assumidos pelo pesquisador e reembolsado para vocês.

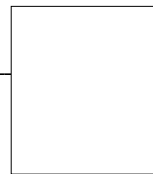
Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa – instituição que avalia a ética das pesquisas antes que elas comecem e fornece proteção aos participantes das mesmas – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos telefones (84) 3215-3135 / (84) 9.9193.6266, através do e-mail cepufnr@reitoria.ufrn.br Você ainda pode ir pessoalmente à sede do CEP, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Av. Senador Salgado Filho, s/n. Campus Central, Lagoa Nova. Natal/RN.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisadora responsável Ana Kelly Adriano Viana

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa “O sindicato e a organização política das trabalhadoras da Confecção Feminina e Indústria Têxtil”, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal (RN), _____ de _____ de _____



Impre
ssão
datiloscópica do

Assinatura da participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo “O sindicato e a organização política das trabalhadoras do Sindicato da Confecção Feminina e Indústria Têxtil”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Fortaleza (CE), _____ de _____ de _____.

ANEXO 1



Quer ser uma representante da categoria nesse congresso?

As trabalhadoras e trabalhadores da confecção feminina devem se unir a outras categorias nacionais para preparar a luta contra a Reforma da Previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista. Estas contrarreformas são graves ataques do governo Temer, do Congresso corrupto e dos patrões, contra os trabalhadores. Algumas categorias estão se preparando para mobilização nacional dia 14 de setembro.

Junto com a luta contra as reformas, as(os) trabalhadores devem se preparar para o 3º Congresso da Central Sindical CSP-Conlutas, à qual o SINDCONFÉ é filiado. O Congresso ocorrerá de 12 a 15 de outubro. Será um espaço que deverá UNIR todas as categorias e setores dispostos a construir a luta contra as reformas. É muito importante que a confecção feminina realize assembleia para eleger seus representantes (delegados) a este congresso. A confecção feminina tem direito a 10 delegadas(os). **E a assembleia para eleger as e os delegados será dia 15 de setembro às 18h no SINDCONFÉ.**

Lutar para não perder a aposentadoria

O 3º congresso da CSP ocorre num momento em que as trabalhadoras e trabalhadores sofrem vários ataques através do desemprego e retirada de direitos. Temer, um governo resultado de um golpe parlamentar, rejeitado por 97% da população e que gastou recentemente R\$ 4 bilhões do dinheiro público na compra de deputados para impedir uma investigação contra ele, só se mantém no poder pelo apoio dos políticos de direita como Aécio, Tasso Jereissati e da extrema-direita como Jair Bolsonaro, Feliciano, etc. E é este governo atolado na corrupção que rasgou nossa CLT, vai parcelar nossas férias, aumentar a jornada de trabalho, aumentar a terceirização e principalmente, roubar nossa aposentadoria. Mas o tratamento para os ricos é outro, o empresário da máfia dos transportes, Jacob Barata Filho já está solto.

Não podemos aceitar perder nossos direitos! É por isso que chamamos a categoria a comparecer na assembleia do dia 15 de setembro às 18h, na sede do sindicato. **HAVERÁ SORTEIO DE BRINDES AOS PRESENTES. PARTICIPE! NO SINDICATO É A BASE QUE DECIDE!**

(85) 3232-0655 / 3055-9460 / Facebook.com/Sindconfe - www.sindconfe.org.br

ANEXO 2

Contra a retirada de direitos e a terceirização. Não à reforma da Previdência!

14 DE SETEMBRO É DIA NACIONAL DE LUTAS

Organizar o local de trabalho para atos, protestos, greves e manifestações



CSP
Coalutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

É hora de arregaçar as mangas mais uma vez. Neste 14 de setembro, os trabalhadores metalúrgicos marcarão um Dia Nacional de Lutas, serão pelo menos 2 milhões de metalúrgicos mobilizados em todo o país. A mesma data foi aprovada pelos servidores públicos federais, em uma reunião nacional em Brasília que reuniu aproximadamente 300 ativistas. Petroleiros da FNP (Federação Nacional dos Petroleiros), metroviários, operários da construção civil e outras categorias também vão aderir ao 14 de setembro com protestos e paralisações.

Não queremos ver nossos direitos e condições de vida sob ataques do governo Temer e dos patrões. E os ataques são muitos! A implantação da reforma Trabalhista e da lei da terceirização e a reforma da Previdência; a privatização, ou seja, a entrega a preço de banana de setores essenciais como energia para a iniciativa privada, além da entrega de aeroportos, portos e rodovias; a reforma Política para manter no poder os mesmos corruptos de sempre; assim como o ajuste fiscal federal, nos estados e nos municípios que terá como principais prejudicados os servidores públicos.

Ataques aos trabalhadores do setor privado

Reforma Trabalhista - Aos trabalhadores do setor privado, patrões, governo Temer e políticos corruptos querem impor dispensas coletivas nas empresas quando lhes convier; redução do horário do intervalo de almoço; a instituição do trabalho intermitente que significa a flexibilização da jornada de acordo com o interesse da empresa; a liberação do trabalho em local insalubre para gestantes e lactantes caso determine a empresa; a liberação do acompanhamento das rescisões de trabalho pelo sindicato para que possam ser corrigidos os erros tão comuns dos patrões nas rescisões; a autorização do rebaixamento de direitos previstos em lei por meio de acordos individuais e a exigência de assinatura de um termo, quando o trabalhador for demitido, para que não possa recorrer à justiça caso se sinta lesado.

Lei da Terceirização - Essa lei impõe menos empregos regulamentados e salários menores; a desregulamentação provocará o aumento do trabalho escravo; crescerá o número de acidentes no trabalho, uma vez que haverá menos cuidado com segurança; e terá maior rotatividade nas empresas, sem nada garantido ao trabalhador.

Reforma da Previdência - A reforma da Previdência vai impor o fim de vários benefícios e será um duro ataque às aposentadorias.

Ataques aos servidores públicos

Retirada dos direitos - Aos servidores o governo Temer quer impor um PDV (Plano de Demissão Voluntária) e congelamento salarial aos já archoados salários; a redução da jornada com redução salarial e acabar com a licença remunerada. Na prática será a destruição dos já tão escassos serviços públicos para a população de uma forma geral.

É contra todos esses ataques do Governo Temer e dos patrões que estamos lutando.

**Nenhum direito a menos!
Fora Temer e os corruptos do Congresso Nacional!**

ANEXO 3



**Pelo respeito as mulheres e contra o machismo,
o SINDCONFÉ se soma ao Dia 29 e diz:**

#EleNão

Há uma situação política muito difícil para as trabalhadoras e trabalhadores. Os golpistas retiraram vários direitos nossos ao aprovarem a Reforma Trabalhista. Agora querem eleger candidatos deles para depois de 7 de outubro, retirar nossa aposentadoria.

Não se deixe enganar! O candidato que promete acabar com a violência distribuindo armas, vai gerar mais violência. Este candidato **QUE OFENDE AS MULHERES**, é a favor da Reforma da previdência de Temer. Se ele ganhar vai acabar com a nossa aposentadoria.

O candidato **QUE OFENDE AS MULHERES** é contra os sindicatos, as lutas, as greves, enfim, ele é do lado dos patrões e contra os pobres, negros e nordestinos. Por isso, **#EleNão**.

O **SINDCONFÉ** convida todas as mulheres e homens a participarem do ato **Mulheres Contra Bolsonaro** sábado Dia 29 às 15h na Praia de Iracema.



SINDCONFÉ

Rua Monte Claro 214, Joquei Clube -
3232-0655 [facebook.com/pg/sindconfé](https://www.facebook.com/pg/sindconfé)



**Fique sócio do
Sindicato**

SINDCONFÉ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de
Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza.

A posição do SINDCONFÉ sobre o 2º Turno

Nosso Sindicato tem compromisso com a categoria e seus direitos. Não somos uma entidade ligada à CUT e nem ao PT. Somos filiados à CSP-Conlutas e lutamos sem trégua contra os planos dos patrões e suas tentativas de acabar com os sindicatos. Por isso, consideramos necessário alertar nossa categoria para o seguinte:

1. As costureiras e todas as categorias estão sendo duramente penalizadas com a Reforma Trabalhista que Temer aprovou. Um dos candidatos votou a favor dessa reforma e segue dizendo que ela é boa. Quem defende essa Reforma, não tá do lado do trabalhador.

2. A vida piorou muito porque o Temer aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que alterou a Constituição sobre o orçamento para educação, saúde e segurança. Bolsonaro votou nessa proposta. Essa PEC ajudou a ter menos verbas nos estados para estes serviços. As UPAs e os hospitais estão em crise. Não há verbas suficientes para investir em serviço de inteligência na segurança e assim ser mais eficiente que o crime organizado.

3. O Vice do Bolsonaro, que é um General do Exército e ele já declarou que o 13º salário é um luxo e que os empresários não devem pagar. Achamos isso muito preocupante para nossa categoria e para todos os trabalhadores. Não queremos que nossa categoria perca o 13º.

4. Bolsonaro já declarou que é preciso fazer a Reforma da Previdência do Temer que propõe 65 anos de idade e 40 anos de contribuição ao INSS de forma ininterrupta, para poder ter o direito à aposentadoria.

5. Os patrões e empresários estão apoiando a candidatura de Jair Bolsonaro.

6. Bolsonaro é um candidato que incita a violência. Faz pose para fotos como se tivesse segurando armas, isso é um péssimo exemplo para nossos filhos. Precisamos de escolas e emprego e não de armas. Ele também ofende as mulheres e defende que os homens tem o direito de estuprar mulheres. Ele pousa de comportado, candidato da ordem, da família e defensor dos bons costumes, mas é um homem que educa seus filhos QUE HOMEM PODE BATER EM MULHER, QUE MULHER DEVE GANHAR MENOS QUE HOMEM.

7. Por tudo isso, pensamos que o melhor para nossa categoria e para nossos filhos(as), seja votar no candidato que pelas propostas que apresenta, NÃO ESTÁ PROPONDO MEXER NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES. Nossa orientação é **votar HADDAD 13!** E seguir a luta em 2019.

DEFENDEMOS DIREITOS E DEMOCRACIA.

Vote Haddad 13!

Informe sobre a Campanha Salarial

Nossa Campanha Salarial está em dissídio na justiça. Estamos aguardando que a Justiça do Trabalho se manifeste porque houve um impasse com os patrões. Eles aceitam dar 2% de reajuste da inflação e nosso sindicato concorda, mas eles queriam em troca retirar direitos já conseguidos na Convenção Coletiva anterior, e com isso não

podíamos concordar. A saída que encontramos para não perder direitos foi levar a dissídio. As empresas já podem incorporar os 2%, o que está em dissídio são as outras cláusulas que não houve acordo.

REFORMA
TRABALHISTA

NÃO FALE
EM CRISE.
TRABALHE,
TRABALHE,
TRABALHE,
TRABALHE,
TRABALHE,
TRABALHE...



ANEXO 4



Informe Sobre Nossa Campanha Salarial



A campanha salarial desse ano foi mais difícil que nos anos anteriores porque ocorreu após a aprovação da Reforma Trabalhista do Temer. E que só foi aprovada porque Deputados do Ceará como Gorete Pereira, votaram a favor de Temer e contra os(as) trabalhadoras.

Essa Reforma retirou direitos e tem como objetivo quebrar os sindicatos já que cortou boa parte das finanças que os sindicatos recebiam.

Os patrões da Confeção feminina, se aproveitando dessa Reforma Trabalhista, tentaram retirar muitas cláusulas de conquistas que nossa categoria já havia conseguido em anos anteriores. Eles até aceitaram um percentual de Reajuste Salarial de 2% mas na condição de retirar outros direitos da Convenção. **O SINDCONFÉ NÃO NEGOCIA DIREITOS**, então decidimos levar a Campanha Salarial a Dissídio.

O Que é dissídio? Significa que a Justiça do Trabalho vai decidir sobre as cláusulas da nossa Convenção de 2018. Então estamos aguardando o resultado da justiça. Enquanto isso, as empresas que aceitam dar o reajuste de 2% no salário, estamos fechando o acordo por empresa, desde que, seja aprovado em assembleia dos e das trabalhadoras.



ANEXO 5



NOVEMBRO - 2018
Rua Boa Vista, 76 - 11º andar
CNPJ: 01014-000 | Centro - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3107-7984

DIGA NÃO

ELES VÃO TENTAR NOVAMENTE FAZER UMA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA ACABAR COM A APOSENTADORIA

Passadas as eleições, o governo Temer, o Congresso e até mesmo o presidente eleito Jair Bolsonaro estão falando em fazer urgentemente a Reforma da Previdência.

O discurso é o mesmo de sempre: "que a Previdência está quebrada", de que "é preciso equilibrar as contas públicas", que "se não houver reforma a Previdência quebra".

São falsos argumentos para enganar a população e impor uma reforma que, na prática, só penaliza os trabalhadores. Enquanto isso, eles mantêm seus privilégios, como as isenções às empresas e aumento nos salários como o que foi dado aos ministros do STF (Supremo Tribunal

Federal). Pra isso, eles têm dinheiro.

As propostas em discussão são várias, mas uma coisa têm em comum: todas representam graves ataques à aposentadoria e aos direitos previdenciários (veja no verso).

Bolsonaro esteve em Brasília para discutir a transição de governo e a principal discussão foi como aprovar a reforma. Vão tentar fazer alguma coisa agora, mas se não colar, no ano que vem eles voltarão à tona com carga total, com uma reforma turbinada.

Temos de nos preparar e nos organizar desde já, pois eles vão vir com chumbo grosso contra os trabalhadores.



Mobilização

CENTRAIS SINDICAIS INICIAM CAMPANHA UNITÁRIA PARA DEFENDER APOSENTADORIAS E A PREVIDÊNCIA PÚBLICA



A reforma que Temer tentou aprovar trazia brutais ataques à aposentadoria, como o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição e cortes de benefícios.

As centrais desencadearam uma luta unitária e a forte mobilização dos trabalhadores, inclusive com a realização da grande Greve Geral de 28 de abril de 2017, barrou o ataque de Temer.

Agora é hora de nos unirmos novamente e nos mobilizar. As centrais aprovaram

uma campanha nacional para defender a Previdência pública, gratuita e com proteção aos direitos sociais para todos(as).

É preciso realizar plenárias unificadas nos estados e regiões e organizar a luta.

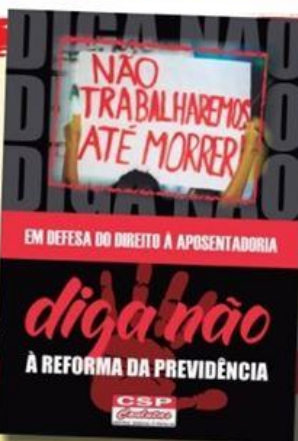
A Previdência Social é uma conquista dos trabalhadores e garante não só a aposentadoria, mas também direitos como licença-maternidade, auxílio-doença, benefícios sociais a idosos, etc. Esse direito precisa ser defendido por todos(as).

Diga não à Reforma da Previdência!

SAIBA QUAIS SÃO OS ATAQUES QUE ESTÃO PREPARANDO CONTRA A APOSENTADORIA E A PREVIDÊNCIA

O QUE ELES QUEREM

- Aumentar a idade mínima para a aposentadoria
- Aumentar o tempo de contribuição
- Reduzir o valor dos benefícios e das pensões
- Restringir os benefícios previdenciários, como auxílios doença e acidente, licença-maternidade, etc
- Privatizar a Previdência com a criação do regime de capitalização
- **EM RESUMO: ELES QUEREM ACABAR COM O DIREITO À APOSENTADORIA E COM A PREVIDÊNCIA DOS TRABALHADORES!**



COMO É HOJE

Por idade: é preciso ter 65 anos (homens) ou 60 anos (mulheres) e, no mínimo, 15 anos de contribuição.

Por tempo de contribuição: 35 anos de pagamentos para homens e 30 anos para mulheres, sem idade mínima, mas com incidência do Fator Previdenciário.

Fator 85/95: soma da idade com o tempo de contribuição, 85 pontos (mulheres) e 95 pontos (homens), numa escala progressiva que aumenta até 90/100 em 2026.

A REFORMA DE TEMER

Texto parado no Congresso acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e estabelece uma idade mínima de 65 anos (homem) e 62 anos (mulher), que crescerá gradativamente, começando a subir aos 55 anos (homem) e 53 anos (mulher). Com o mínimo de 15 anos de recolhimento, o trabalhador teria 60% do valor do benefício. Só teria aposentadoria integral (100%) quem contribuisse por 40 anos.

Caso não seja viável colocar em votação essa proposta, como alternativa, Temer e Bolsonaro combinaram de tentar aprovar mudanças pontuais, sem precisar alterar a Constituição (PEC). As mudanças em discussão são: criar uma alíquota complementar para os servidores de 22%, acabar com o Fator 85/95 e reduzir o valor dos benefícios para 60%, com aumento progressivo conforme o tempo de contribuição, e também reduzir ainda mais o valor das pensões.

NÃO EXISTE DÉFICIT

Segunda a Constituição Federal, o sistema da Seguridade inclui a Previdência, Saúde e Assistência Social. É uma receita única que deve ser destinada a essas três áreas. Esse resultado é positivo e não deficitário.

Mas eles desviam dinheiro da Seguridade, através de mecanismos como a DRU (Desvinculação de Receitas da União), para pagar juros da Dívida Pública a banqueiros. Além disso, desonerações e o calote de empresas, que chega a R\$ 450 bilhões, prejudicam o caixa da Seguridade.

A REFORMA DE BOLSONARO

Além de defender o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, Bolsonaro propõe o chamado "modelo de capitalização".

Esse regime, na prática, é a privatização da Previdência, que deixa de ser social e pública, para ser feita por fundos de pensão privados. Como num plano de saúde, o trabalhador contribui individualmente. O governo não contribui, nem as empresas.

Só que o modelo é um desastre. No Chile, Colômbia e México esse tipo de reforma causou uma tragédia social, pois os aposentados recebem menos que um salário mínimo e sofrem calotes dos fundos de pensão.

A equipe de Bolsonaro estuda também outras propostas, como a do ex-presidente do Banco Central no governo FHC (PSDB) Arminio Fraga.

A proposta prevê idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, desvinculação do benefício previdenciário do salário mínimo e o fim do caráter de assistencial social da Previdência (para futuramente acabar com esses direitos).

Propõe ainda o fim do BPC (Benefício de Prestação Continuada), equivalente a um salário mínimo pago a idosos de baixa renda, e sua substituição por um benefício a todos os idosos com idade acima de 65 anos, mas com valor a partir do Bolsa Família e inferior ao salário mínimo.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA ESTÃO ENGANANDO VOCÊ!

diga não à reforma da previdência

RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL 2015



Fonte: ANEP

ANEXO 6

DENÚNCIAS

EMPRESA LOVE DRIBLANDO DIREITOS DOS TRABALHADORES A empresa Love está obrigando os e as trabalhadoras a trabalhar todo sábado pela manhã. A empresa coloca para trabalhar sábado pela manhã, bate o ponto e volta para complementar a produção. Ou seja, não é hora extra é hora besta. A empresa foi fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e acabou demitindo 4 trabalhadores que falaram com o MPT.

EMPRESA MI LUCAS - A empresa está tendo várias irregularidades. Está fazendo uma reforma dentro da fábrica com os e as trabalhadoras trabalhando normalmente. Sujeitos a poeiras e todo tipo de sujeira, sendo um risco para a saúde. O bebedouro de água está no sol e não tem local para almoço. E além disso há desvio de função, trabalhadores são obrigados a fazer tarefas pelas quais não foram contratados.



TABELA DE HORA EXTRA COSTUREIRA

4,63 é o valor de uma hora normal de trabalho de segunda a sábado.

Quando for hora extra de segunda a sábado, tem acréscimo de 50% em cima de 4,63 que é de 2,31. Logo a hora extra é de 4,63 + 2,31 = **6,94**

CONFIRA A TABELA DO SALÁRIO - FAMÍLIA 2018

Faixas	Valor pago
Até R\$ 877,67	R\$ 45,00
Superior a R\$ 877,67 e até R\$ 1.319,18	R\$ 31,71

TABELA DE HORA EXTRA AUXILIARES

4,38 é o valor de uma hora normal de trabalho de segunda a sábado.

Quando for hora extra de segunda a sábado, tem acréscimo de 50% em cima de 4,38 que é de 2,19. Logo a hora extra é de 4,38 + 2,19 = **6,57**

Sindicalize-se!
Fique sócia do Sindicato!



SINDCONFE

(85) 3232 - 0885

Facebook.com/Sindconfe

EXPEDIENTE: Este informativo é de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria da Confeção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza. Monte Caro, 241, Jóquei Clube, Fortaleza - Ceará

RESISTÊNCIA



O Jornal da Confeção Feminina. Edição Junho - Julho 2018

Campanha Salarial 2018



Eleições para a nova 28 e diretoria do SINDCONFE 29/6

Uma greve que paralisou o país e derrubou o presidente da Petrobras



Ao longo dos onze dias que perdurou a greve dos caminhoneiros, houve uma polêmica se a greve era algo positivo uma reação concreta de trabalhadores contra as políticas neoliberais e aqueles que viram a greve como uma ação da patronal e por isso era negativa. O temer e a rede globo tentaram fazer o povo acreditar que era algo negativo. Mas na verdade a greve dos caminhoneiros catalizou a insatisfação dos caminhoneiros e da população frente ao preço dos combustíveis e do gás de cozinha.

O Brasil é exportador de petróleo mas importa diesel e gasolina porque sua capacidade de refino é pequena. O refino é feito nas refinarias, mas as poucas que o Brasil possui o governo Temer quer privatizar. Outro motivo que explica porque temos preços elevadíssimos dos combustíveis e gás de cozinha é porque Temer impôs que a Petrobras estabeleça os preços desses produtos ancorados no dólar. Isso para que a empresa agrade os investidores estrangeiros. Temer e a maioria dos deputados de Brasília, assim como o fascista do Bolsonaro, não se preocupam se o preço do gás e dos combustíveis são acessíveis à população.

Por isso, Temer e a Rede Globo atacaram tanto a greve dos caminhoneiros. O Sindconfe apoiou a greve e também a greve dos trabalhadores petrolíferos. Acreditamos que o povo pobre e os trabalhadores e trabalhadoras estamos vivendo cada vez pior. São muitos os ataques e retirada de direitos. Se não protestarmos e lutarmos pelos nossos direitos e salários, a situação vai piorar cada vez mais. Os setores que aparecem pedindo intervenção militar acabam favorecendo os ricos e poderosos. A intervenção militar só favorece empresários e militares e continua com a corrupção. Os patrões adoram isso de pedir intervenção militar mas os sindicatos e os trabalhadores não podem cair nessa armadilha. Não vamos aceitar isso de ditadura. Queremos ter liberdade para nossos protestos, nossas greves, fortalecer nossos sindicatos e principalmente para botar esse governo golpista pra fora.



Campanha Salarial Nenhum direito a menos!

A data base de nossa categoria é mês de maio, por isso iniciamos a Campanha Salarial dia 14 de maio. Somos um dos setores que recebe os mais baixos salários. Os patrões choram pitangas mas é tudo com seus apartamentos novos, carro do ano e os filhos passando férias no exterior. Eles demitem muito, dizem que estão em crise mas a boa vida deles não mudou nada.



Com a aprovação da Reforma Trabalhista os patrões agora querem implementá-la na nossa categoria retirando vários direitos que já garantimos em nossa Convenção Coletiva. Já estamos na terceira rodada de negociação entre o Sindconfe e a patronal e até agora eles só apresentaram proposta de retirar direitos e dar um reajuste salarial miserável.

O que reivindicamos o Sindicato

- Reajuste Salarial de 6%
- Vale Refeição de R\$ 8,50 para R\$ 12
- Manter as Liberações de dirigente sindical
- Manter o desconto do Vale - Transporte em 4%
- Manter a cláusula de estabilidade do pré-aposentado.
- Direito da entrada do sindicato na hora do almoço

O que os patrões "oferecem"

- Reajuste Salarial de 2%
- Vale alimentação não querem dar nada de reajuste.
- Os patrões querem retirar o direito às liberações de diretores do SINDCONFE eleito pela categoria.
- Aumentar o desconto do Vale Transporte para 6%.
- Reduzir o direito aos atestados médicos.
- Pagar os últimos 12 meses que faltam para adquirir o benefício da aposentadoria e assim poder demitir o trabalhador.
- Retirar o auxílio funeral.
- Querem retirar o dia das costureiras (o adicional que é pago).
- Não querem mais dar a carta de referência (Quando a empresa demite ela dar uma carta de referência ao trabalhador).
- Não aceita homologações no sindconfe (O que possibilita a empresa driblar direitos dos trabalhadores. Gerando dúvida para o trabalhador).
- Negam o direito do sindicato entrar nas empresas na hora do almoço.

Dias 28 e 29 de junho todos os sindicalizados deverão votar para eleger a Nova Diretoria do SINDCONFE. Precisamos fortalecer nosso sindicato para defender nossos direitos. Com União e Luta somos mais fortes na luta contra os patrões.

ANEXO 7

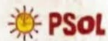
REALIZAÇÃO



NA CONSTRUÇÃO DA
RESISTÊNCIA

DEPUTADO ESTADUAL

**NESTOR
BEZERRA**



SANTOS & RUIZ
ADVOGADOS

CARTILHA POPULAR

REFORMA TRABALHISTA



NA CONSTRUÇÃO DA
RESISTÊNCIA

DEPUTADO ESTADUAL
NESTOR BEZERRA



ÍNDICE

Apresentação	3
Precarização por meio de novos contratos	6
Jornada de trabalho	10
As mulheres serão mais afetadas	14
Desigualdade	15
Insegurança	17
Salário	19
Ataque aos sindicatos	20
Dificuldade de acesso à justiça do trabalho	22
Contato	23

MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS,

esta cartilha que vocês têm em mãos foi construída pelo meu mandato de deputado estadual e pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS).

Aqui você encontrará informações para compreender como o governo golpista de Michel Temer retirou nossos direitos e atacou os sindicatos com a reforma trabalhista.

Temer, os patrões e a maioria dos deputados federais e senadores querem que você trabalhe até morrer. Eles querem colocar a crise deles sobre os nossos ombros.

Não podemos aceitar isso.

Precisamos construir a resistência nos locais de trabalho, nos bairros e igrejas. Precisamos conversar com nossos colegas, parentes e amigos sobre os impactos dessa reforma em nossas vidas. Temos que construir um grande movimento que unifique sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais pela revogação dessa reforma.

Desejo uma boa leitura e acredito que juntos podemos vencer.

Guerreiros e guerreiras, avante na luta.

*Deputado
Nestor Bezerra*





O QUE É A REFORMA TRABALHISTA?

A REFORMA TRABALHISTA FOI APROVADA por meio da Lei nº 13.467/2017 e entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017.

Essa lei modificou profundamente a Consolidação das Leis Trabalhistas, conhecida como CLT, e mexeu com vários direitos que haviam sido conquistados pelos trabalhadores há mais de 70 anos.

A Reforma atende a interesses do setor empresarial que, para reduzir gastos e baratear a mão de obra, defende a precarização das condições de trabalho, o aumento da exploração e o enfraquecimento dos sindicatos.

Esta cartilha tem como objetivo apresentar as principais mudanças trazidas pela reforma trabalhista, para informar o conjunto dos trabalhadores e preparar a organização contra este grande ataque aos nossos direitos.

PRECARIZAÇÃO POR MEIO DE NOVOS CONTRATOS



A Reforma Trabalhista criou novos contratos de trabalho e reformulou alguns tipos já existentes, fazendo com que ficassem menos favoráveis ao trabalhador e mais vantajosos para as empresas. Dentre eles está o contrato intermitente, a terceirização ampla e irrestrita, o trabalho autônomo exclusivo e o teletrabalho.

TRABALHO INTERMITENTE

Intermitente é aquilo que tem interrupções. Nele só é contabilizado como trabalho o tempo que o trabalhador executou o serviço, sem pausas. A intenção desse tipo de contratação é aumentar a exploração do trabalhador, uma vez que o descanso não será remunerado. Isso porque a empresa poderá contratar o serviço por semana, por dia e até por horas, exatamente por quanto tempo ela precise para determinado serviço, e o trabalhador, conseqüentemente, será remunerado apenas sobre essas horas.

Quem ganha com isso é tão somente a empresa, pois

será possível que o trabalhador receba um salário bem menor que o salário mínimo por mês, ou que até mesmo não receba nenhum salário caso não seja convocado para trabalhar, não havendo como este empregado se planejar em suas despesas mensais. Perde o trabalhador também no valor de suas contribuições de previdência e de FGTS, pois serão proporcionais aos valores recebidos, dificultando ainda mais a aquisição de tempo de serviço.

TERCEIRIZAÇÃO

A contratação de trabalhadores por meio de terceirização já era uma realidade no Brasil antes mesmo da Reforma Trabalhista. No entanto, a lei trouxe uma ampliação, prevendo que qualquer atividade da empresa, inclusive sua atividade principal, possa ser executada por uma empresa terceirizada.

O trabalhador sabe qual é a realidade cotidiana dos terceirizados: salários mais baixos, maior jornada de trabalho, mais acidentes, mais insegurança na hora da demissão. De acordo com o "Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos", os salários dos trabalhadores terceirizados são 25% menores que o dos contratados, e os empregados terceirizados trabalham 3 horas a mais do que os empregados diretos¹.

[1] Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir

Além disso, a terceirização é a porta de entrada para o trabalho semelhante ao escravo, uma vez que há possibilidade de quarteirização, gerando uma cadeia de subcontratações precárias, sem qualquer tipo de fiscalização e responsabilização por parte da empresa contratante.

TRABALHO AUTÔNOMO

O trabalhador autônomo exerce as suas funções por conta própria e assume os riscos da prestação de serviços sozinho, ele não tem os mesmos direitos do empregado, e também não está protegido pelas disposições da Convenção Coletiva de Trabalho e pelo sindicato da categoria.

Muitas vezes, para se livrar dos riscos do negócio, a empresa contrata um funcionário como autônomo de forma fraudulenta, pois na realidade, se trata de uma relação de emprego.

O que a lei da Reforma acrescenta a esse quadro é a facilidade para camuflar essa relação enganosa, uma vez que a lei exige apenas "formalidades legais" e permite que o empregador exija exclusividade do profissional, que ainda assim permanece sendo considerado autônomo.

a igualdade de direitos / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: << <https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>>>. Acesso em 05/06/2018.

TELETRABALHO

O teletrabalho é aquele realizado em local distinto do estabelecimento da empresa, que pode ser até mesmo a residência do empregado, em que as ordens do patrão são dadas por meio de algum tipo de tecnologia, seja telefone, ou internet.

A Reforma Trabalhista prevê que as partes pactuarão sobre quem será responsável pela aquisição dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura para a prestação do trabalho remoto, deixando aberta a possibilidade de o trabalhador ter que arcar com tais despesas.

Além disso, este tipo de trabalho não assegura as condições de saúde e segurança do trabalhador, sequer prevê de que forma serão fiscalizadas tais condições, apenas determinando que o patrão deverá "instruir os empregados" quanto às doenças e acidentes do trabalho, obrigando a assinatura de "termo de responsabilidade do empregado" comprometendo-se a seguir tais instruções.

Nota-se que essas previsões são insuficientes e que apenas facilitam que a empresa responsabilize exclusivamente o empregado por qualquer acidente ou doença ocupacional adquirida.

Para completar o quadro de precarização, esse trabalhador não tem controle de sua jornada, podendo ter que trabalhar 12, 16, 20 horas por dia sem ter direito à remuneração das horas extras.

JORNADA DE TRABALHO

12X36

Nesse tipo de jornada, o empregado trabalha 12 horas e descansa 36. Na prática, trabalha um dia e outro não. Hoje esta jornada é bastante específica para algumas profissões que exigem esse tipo de revezamento, como os profissionais da saúde.

No entanto, até mesmo para esses profissionais, exigia-se a negociação coletiva para autorizar essa jornada, o que a reforma trabalhista dispensou. Agora a jornada 12x36 pode ser pactuada no contrato individual de trabalho, diretamente com o empregado.

Outra inovação prejudicial trazida pela Reforma é a possibilidade de estabelecer jornada 12x36 em ambientes insalubres sem a necessidade de autorização prévia do Ministério do Trabalho, o que anteriormente era obrigatório.



BANCO DE HORAS

De acordo com a lei, as horas extras trabalhadas são pagas com um valor de 50% a mais sobre a hora normal. No entanto, o banco de horas é uma exceção a este sistema, pois as horas extras trabalhadas pelo empregado não serão remuneradas, mas sim compensadas por folgas em outro dia.

No banco de horas, vão se acumulando as horas extras, para que, em até um ano, o empregado tenha a compensação. Antes da Reforma Trabalhista existia apenas esse tipo de banco de horas anual, no qual é obrigatória a negociação coletiva com o sindicato dos trabalhadores.

Agora, existe um novo tipo de banco de horas, o semestral, em que as horas extras trabalhadas podem ser compensadas em até seis meses. Neste, pela nova lei, não é obrigatória a participação do sindicato para que seja estabelecido, podendo ser pactuado diretamente com o trabalhador.

REDUÇÃO DO INTERVALO DE DESCANSO

O intervalo para descanso e alimentação durante a jornada de trabalho é essencial para sua segurança e saúde. Anteriormente à reforma, o intervalo mínimo permitido era de uma hora. Agora, a nova lei permite que o intervalo para a refeição e descanso do trabalhador seja reduzido para o mínimo de trinta minutos, mediante negociação coletiva.



Operários da construção civil de Fortaleza (CE) em assembleia na concentração da IX Marcha dos Servidores Municipais do Ceará

AS MULHERES SERÃO AS MAIS AFETADAS

As mulheres serão as que mais sofrerão com as alterações trazidas pela Reforma. Pesquisas demonstram que as mulheres ainda recebem salários menores que os homens, ocupando os postos de trabalho mais precarizados, sendo a maioria entre os terceirizados.

GESTANTE E LACTANTE EM AMBIENTE INSALUBRE

A Reforma Trabalhista prevê mais um ataque grave aos direitos das mulheres, quando determina que, para ser afastada de atividade insalubre de grau médio e mínimo, atividades estas que trazem riscos à saúde da mulher e da criança, deve primeiro apresentar atestado médico, para somente assim conseguir ficar distante do ambiente insalubre em que estivesse trabalhando.



DESIGUALDADE

DIFICULDADE NA EQUIPARAÇÃO SALARIAL

A Reforma Trabalhista promove a desigualdade entre os trabalhadores, impondo dificuldades à equiparação salarial entre dois empregados que trabalhem na mesma empresa e desempenhem a mesma função.

Antes da lei, caso um trabalhador de uma empresa recebesse menos do que outro ainda que executasse as mesmas funções, bastava provar que os empregados a serem equiparados trabalhavam para a empresa no mesmo município, não tendo diferença de mais de dois anos de serviço entre eles.

Agora, ambos os trabalhadores precisam trabalhar no mesmo estabelecimento da empresa, pois caso trabalhem no mesmo município realizando a mesma função, mas em locais diferentes, não terão direito a salários iguais.



INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

É possível, pela reforma, que dois trabalhadores que tenham sofrido idêntico dano moral, como ofensas verbais praticadas dentro da empresa igualmente dirigidas aos dois, possam receber indenizações de valores diferentes.



Isso porque a reforma trabalhista trouxe um tabelamento do valor dos danos sofridos pelos trabalhadores, que pode variar desde um dano leve, cuja indenização pode ser de até 3 vezes o último salário do empregado ofendido; ofensa média, até 5 vezes o salário; grave, até 20 vezes; e gravíssima, punida com indenização de até 50 vezes o salário do ofendido.

Ocorre que se o ofendido receber salário mínimo, ou próximo disso, como é o caso dos serventes da construção civil, o valor da indenização que lhe é devida será, infinitamente menor que a de um profissional que receba 6 ou 7 mil reais por mês, como é o caso dos engenheiros.

INSEGURANÇA

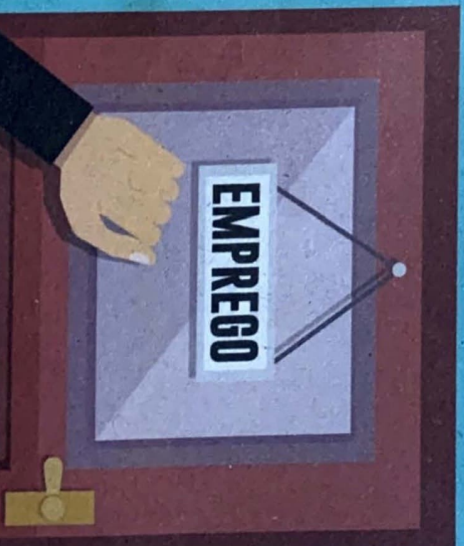
VERBAS RESCISÓRIAS PAGAS NA EMPRESA

A reforma trabalhista acabou com a obrigatoriedade de homologação da rescisão contratual pelo sindicato. Agora, o trabalhador demitido poderá receber as suas "contas" na empresa, ficando a mercê dos cálculos efetuados pelo próprio patrão.

RESCISÃO DO CONTRATO POR ACORDO

Criou-se uma nova modalidade de extinção do contrato de trabalho, na qual existe um acordo entre as partes. Tanto o empregado tem interesse em sair da empresa, quanto o patrão tem interesse em demiti-lo.

Ocorre que nesta modalidade o trabalhador perde metade do aviso prévio a que teria direito, metade da multa de 40% do FGTS, poderá sacar apenas 80% do saldo de FGTS e não terá direito ao seguro-desemprego. É uma modalidade bem mais atrativa ao patrão por custar menos para demitir um funcionário.



TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

O termo de quitação anual ocorre da seguinte forma: o patrão e o empregado se dirigem ao sindicato ao final do ano e lá o trabalhador declara que houve a quitação das verbas trabalhistas daquele ano, firmando-se um termo, assinado pelo trabalhador, pela empresa e pelo sindicato, o qual serve como prova para a empresa de que ela está quitada com aquele trabalhador.

Sabe-se que o trabalhador, enquanto dura a relação de emprego, está submetido às ordens do empregador, pois sempre há o risco de perder o seu posto de trabalho. Por este motivo, poderá o trabalhador vir a ser obrigado a aceitar dar quitação a alguma verba que não tenha sido paga, mediante fraude da empresa.

Caso não sejam as verbas realmente pagas, o trabalhador é quem será obrigado a comprovar posteriormente que o termo de quitação contém vício, e não a empresa comprovar que pagou, gerando-se um enorme prejuízo ao empregado.



SALÁRIO



A lei nº 13.467 restringiu profundamente as verbas consideradas como integrantes do salário do empregado, determinando que estas seriam apenas a importância fixa estipulada, as gratificações previstas em lei e as comissões pagas pelo empregador. Enquanto isso, a diária de viagem que ultrapasse 50% do valor salarial não é mais considerada salário, os prêmios e gratificações pagos de forma habitual também não o são, facilitando a fraude fiscal por parte das empresas, não sendo estas verbas contabilizadas para fins de contribuição previdenciária e fundiária.

ATAQUES AOS SINDICATOS

CUSTEIO SINDICAL

A reforma trabalhista também significou uma ampla reforma sindical. A lei adotou como alvo as organizações dos trabalhadores, modificando diversas regras e gerando um desequilíbrio na luta entre capital e trabalho.

A começar pelo financiamento das entidades, a lei extinguiu a contribuição sindical obrigatória, exigindo uma autorização prévia e expressa dos trabalhadores para a realização do desconto.

A intenção foi somente esta: desestabilizar os sindicatos por um lado, cortando sua fonte de custeio, enquanto, por outro, manter todas as demais características do sistema sindical burocrático, como a representação por categoria e a unicidade sindical.

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Um dos maiores ataques da reforma é o negociado sobre o legislado, pois agora será possível que as empresas e sindicatos negociem nas convenções e acordos coletivos



condições menos favoráveis do que a própria lei, perdendo-se o mínimo previsto na CLT.

Além disso, a lei prevê ainda que não é necessária nenhuma vantagem compensatória da retirada dos direitos que forem negociados, podendo haver somente prejuízos e nenhum ganho para o trabalhador.

Entre as questões que podem ser negociadas estão, por exemplo, a jornada de trabalho, o intervalo de descanso, a modalidade de registro de ponto, a troca do dia de feriado e, o mais grave: o enquadramento do grau de insalubridade e a prorrogação de jornada em ambientes insalubres. Isto é, o sindicato e a empresa poderão estabelecer se um ambiente de trabalho é muito ou pouco prejudicial à saúde do trabalhador e qual o percentual de adicional de insalubridade será pago ao empregado.

DEMISSÃO COLETIVA SEM PRÉVIA NEGOCIAÇÃO

A demissão coletiva gera um enorme desequilíbrio social, que repercute em toda comunidade no entorno de determinada grande empresa. Antes da reforma trabalhista, os tribunais vinham entendendo que era obrigatória uma negociação prévia entre empresa e sindicato dos trabalhadores para que fossem minimizados os impactos da demissão em massa. A reforma expressamente dispensou esta negociação prévia, desprezando os efeitos sociais de uma demissão coletiva e equiparando-a com qualquer outro tipo de demissão.

DIFICULDADES DE ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

GRATUIDADE

A reforma, além de facilitar o descumprimento dos direitos trabalhistas, dificultou o acesso à Justiça do Trabalho. Agora o trabalhador só terá direito a ingressar com uma ação sem pagar custas processuais se receber menos de 40% do teto da previdência (o que atualmente seria um salário de R\$ 2.258,32) ou se comprovar que não pode arcar com as despesas do processo. Antes era exigida apenas uma declaração de hipossuficiência ao empregado.



HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Ainda que o trabalhador comprove não ter condições de arcar com despesas processuais, poderá ser condenado a pagar honorários para o advogado da empresa, caso não consiga comprovar algum direito pleiteado.

Isso porque a lei traz uma absurda previsão de que, sendo o trabalhador vencido no processo, o crédito que ele receber em outro processo poderá ser utilizado para pagar os honorários do advogado da parte contrária.

Muito diferente da propaganda dos governos e dos patrões, a Reforma Trabalhista não beneficia a vida dos trabalhadores. Pelo contrário: torna mais difíceis as condições de trabalho e retira direitos que conquistamos a custa de muito suor. É preciso que os trabalhadores se organizem para transformar essa realidade.

Agora que você já sabe como a reforma ataca nossos direitos, o que acha de marcarmos uma reunião no seu local de trabalho, estudo ou moradia? Nos convide para uma conversa, estaremos à disposição para ajudar a compartilhar essas e outras ideias. É hora de avançarmos na mobilização pelos nossos direitos!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO



/NestorBezerra50



@nestorbezerra50



(85) 9 88157583



IBEPS: ibepsinstituto@gmail.com

SANTOS & RUIZ: santoseruiz.adv@gmail.com